



REPÚBLICA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 99

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 22 de agosto de 1967, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Vetos Presidenciais:

- 1º — ao Projeto de Lei nº 3.387-B-66 na Câmara dos Deputados e nº 42-67 no Senado, que estende a jurisdição de Juntas de Conciliação e Julgamento da 4ª Região (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e dá outras providências (*veto parcial*);
- 2º — ao Projeto de Lei nº 111-C-67 na Câmara e nº 66-67 no Senado, que fixa datas para a realização das convenções para a eleição do Diretório e dos Diretórios Regionais e Municipais dos Partidos Políticos e dá outras providências (*veto parcial*);
- 3º — ao Projeto de Lei nº 1.847-B-64 na Câmara e nº 324-66 no Senado, que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 6ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências (*veto total*).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Materia a que se refere
1	1º	Art. 1º
2	2º	Art. 4º.
3	3º	Totalidade do projeto.

ATA DA 114ª SESSÃO, EM 21 de agosto de 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE E CATTETE PINHEIRO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Oscar Passos
Edmundo Levi
Cattete Pinheiro
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Duarte Filho
Manoel Villaça
Argemiro de Figueiredo
José Leite
Aloysio de Carvalho
Carlos Lindemberg
Eurico Rezende
Aarão Steinbruch
Aurelio Viana
Nogueira da Gama
Carvalho Pinto
Moura Andrade
José Feliciano
Mello Braga

SENADO FEDERAL

Celso Ramos
Guido Mondin
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 23 Srs. Senadores. Havendo número regimental declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. Guido Mondin, servindo como 2º Secretário procede a leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

Servindo como 1º Secretário o Sr. Cattete Pinheiro lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

I — Agradecimento de comunicação referente a Decreto Legislativo:

Nº 466-67 — (Número de origem 580-67), de 17 do mês em curso — com referência ao Decreto Legislativo

nº 32, que aprova o texto do Decreto-lei nº 327, de 11 de maio de 1967;

II — Agradecimento de comunicações referentes ao pronunciamento do Senado sobre nomes indicados para cargos cujo provimento depende de prévia aprovação dessa Casa do Congresso Nacional:

Nº 467-67 — (Número de origem 581-67), de 17 do mês em curso — com referência à aprovação da escolha do Sr. Nilton Moreira Veloso, para o cargo de Conselheiro do Banco Nacional de Habitação;

De 18 do mês em curso:

Nº 468-67 — (Número de origem 583-67) — com referência à aprovação da escolha do Diplomata José Oswaldo de Meira Penna, para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo do Estado de Israel;

Nº 469-67 — (Número de origem 584-67) — com referência à aprovação da escolha do Diplomata Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil

junto ao Governo da República Argentina;

Nº 470-67 — (Número de origem) — com referência à aprovação da escolha do Diplomata André Teixeira de Mesquita, para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República de Honduras.

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — Do Ministro da Aeronáutica
— (Avisos de 18 do mês em curso):

Nº 025-GM4-080B — com referência ao Requerimento nº 533-67, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

Nº 031-GM4-074B — com referência ao Requerimento nº 622-67, do Senhor Senador João Abrahão;

Nº 033-GM4-072B — com referência ao Requerimento nº 601-67, do Sr. Senador Júlio Leite;

II — Do Ministro da Educação e Cultura:

De 16 do mês em curso

Aviso nº 1.193-Br — com referência ao Requerimento nº 430-67, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

De 17 do mês em curso.

Aviso nº 1.208-Br — com referência ao Requerimento nº 350-67, do Senhor Senador Arthur Virgílio;

Aviso nº 1.212-Br — com referência ao Requerimento nº 190-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres;

III — Do Ministério dos Transportes:

De 30 de junho do ano em curso

Aviso nº 251-GM — com referência ao Requerimento nº 45-67, do Senhor Senador Vasconcelos Tôrres;

Aviso nº 254-GM — com referência ao Requerimento nº 214-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres;

Aviso nº 257-GM — com referência ao Requerimento nº 195-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres;

Aviso nº 262-GM — com referência ao Projeto de Lei da Câmara nº 47-67;

Aviso nº 266-GM — com referência ao Requerimento nº 272-67, do Senhor Senador Vasconcelos Tôrres;

De 4 de julho do ano em curso

Aviso nº 276-GM — com referência ao Requerimento nº 177-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres;

Aviso nº 282-GM — com referência ao Requerimento nº 449-67, do Senhor Senador Vasconcelos Tôrres;

Aviso nº 284-GM — com referência ao Requerimento nº 485-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres;

De 5 de julho do ano em curso

Aviso nº 288-GM — com referência ao Requerimento nº 132-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres;

De 16 do mês em curso

Aviso nº 461-GM — com referência ao Requerimento nº 415-67, do Senhor Senador Vasconcelos Tôrres;

Aviso nº 463-GM — com referência ao Requerimento nº 545-67, do Senhor Senador Vasconcelos Tôrres;

Aviso nº 466-GM — com referência ao Requerimento nº 563-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres;

De 17 do mês em curso

Aviso nº 473-GM — com referência ao Requerimento nº 122-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres;

Aviso nº 475-GM — com referência ao Requerimento nº 325-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentados na Sessão anterior pelo Sr. Senador Lino de Matos:

Ao Ministro do Trabalho e Previdência Social — Nº 725;

Ao Ministro das Comunicações — Nº 726.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin.

(O SENHOR SENADOR GUIDO MONDIN PRONUNCIA DISCURSO QUÉ SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Com a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, desejo gravar, nos Anais da Casa, a voz gratulatória do nobre povo capixaba.

Na semana recém-transata, eclodiu episódio que extrapolou, na sua importância, sócio-econômica, os limites do meu Estado, para se constituir numa afirmação vigorosa de fé inequívocável nos destinos deste País.

Após longa pertinácia, dedicadas e incansáveis pesquisas, a PETROBRAS constatou a existência de petróleo Cachoeiro do Itapemirim. De lá foi

EXPEDIENTE DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHIEF DO SERVICO DE PUBLICACOES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

em meu Estado, precisamente no Município de São Mateus.

Começo por dizer, Sr. Presidente, dada a posição geográfica onde ocorreu o auspicioso evento, que meu Estado dispõe, em termos estratégicos, do manancial mais bem colocado na pôrtentosa geografia petrolífera deste País.

O Espírito Santo se encontra implantado na região Centro-Sul e o poço que ali vomitou o ouro-negro, para o Espírito Santo e para o Brasil, acha-se conectado com o transporte marítimo, de vez que o Município de São Mateus se encontra a apenas vinte e dois quilômetros de Conceição da Barra, este último Município banhado por mar.

Então, o nosso Estado está em condições de dar solução a um velho problema, a uma longa perplexidade do Governo Federal, qual seja a de estabelecer o equilíbrio da distribuição do petróleo, do centro para o norte e do centro para o sul.

Conjugados os dois mananciais, do Recôncavo baiano e o de São Mateus, pode a PETROBRAS agora concentrar os seus estudos e os seus esforços para que aquela distribuição e igual comercialização se façam de igual, cobrindo todo o território nacional.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. Aarão Steinbruch — É, realmente, aliviareira a notícia que Vossa Excelência traz a esta Casa, confirmando o noticiário da Imprensa do qual todo o povo já tomou conhecimento. Verifica, portanto, Vossa Excelência que em se descobrindo o petróleo no Espírito Santo, se desmente os geólogos, contratados, a preço de dólar, para pesquisar o nosso subsolo, que informavam poder o petróleo sómente ser encontrado no Recôncavo Baiano.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço a valiosa colaboração de Vossa Excelência.

A força e a potencialidade econômica do Espírito Santo têm a vocação e a capacidade de desmentir o pessimismo manifestado pelos geólogos que entendiam o Brasil organizado de petróleo. Aquela vocação e aquela capacidade se poderão dirigir para outros desmentidos, em favor do Brasil, inclusive o fato também auspicioso, da existência de grandes jazidas de manganes — em condições competitivas com o manganes do Acre — no Sul do Espírito Santo, precisamente no Município de Guacuí. E ainda mais, é bom que se diga que uma outra riqueza, também de grande repercussão econômica e, mais do que isto destinada a suprir uma lacuna nas necessidades brasileiras, temos também no Espírito Santo — o mármore.

Saiba o Sr. Presidente e saibam os meus prezados colegas que todo o mármore que emoldura este Congresso e todos os palácios, em Brasília, veio do Espírito Santo, do Município de Guacuí. E ainda mais, é bom que se diga que uma outra riqueza, também de grande repercussão econômica e, mais do que isto destinada a suprir uma lacuna nas necessidades brasileiras, temos também no Espírito Santo — o mármore.

retirado, em pedra bruta, transplantedo para São Paulo, onde era laminado e recambiado para Brasília, a fim de ser implantado.

Então, a descoberta de petróleo em nosso Estado tem uma significação não apenas econômica própria mas o efeito pedagógico qual seja o de convocar a atenção do Governo Federal para o Estado, nem sempre visto com desvelo pelos altos escalões desta República, em virtude da sua pequena densidade político-eleitoral.

Temos, agora, o petróleo. Para ali irão convergir os técnicos e os geólogos, os economistas do Governo Federal, e eles terão também a oportunidade de estender seus estudos e suas pesquisas, visando à exploração intensiva do manganes de Guacuí e do mármore do Município de Cachoeiro do Itapemirim.

Com estas palavras, Sr. Presidente, desejo congratular-me com o povo capixaba pelo acontecimento redentor da sua economia, congratulando-me, em termos de agradecimento, de agradecimento perene com esta grandeza autárquica, com este poderoso instrumento de grandeza nacional, de emancipação econômica do nosso País que é a PETROBRAS, que cada vez mais, aparece diante da nossa consciência, não apenas com uma afirmação vigorosa da competência dos seus engenheiros, dos seus técnicos e dos seus operários especializados, mas, sobretudo, porque ela é, hoje, um estado de alma do povo brasileiro.

E de sensibilizar, Senhor Presidente, fazer-se um confronto, por exemplo, entre a fala do operário da PETROBRAS e a fala do operário da Rêde Ferroviária Federal. Em um, sente-se o orgulho de trabalhar naquela empresa, exibe ele o seu orgulho, ostenta e esbanja a sua vaidade porque, realmente, vive na certeza mil vezes bendita de que está construindo o presente e o futuro do Brasil; e o outro operário, servindo a uma empresa permanentemente deficitária, m-ras da mastigação empregatícia que a desgraça, é um operário desanimado, que confia no Brasil, mas não confia tanto quanto o operário da PETROBRAS.

Assim, Sr. Presidente, secundando, aliás, pronunciamento trazido para esta Casa pelo eminentíssimo Senador Carlos Lindemberg quero associar-me ao povo capixaba ao Governo do meu Estado, a todas as autoridades e, especificamente, aos Senhores Prefeitos, Vereadores e classes conservadoras da região petrolífera da terra capixaba na alegria pelo grande acontecimento que surge para servir ao nosso Estado, em obséquio do engrandecimento da nossa Pátria. (Muito bem; muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, ocupou a Tribuna desta Casa, a propósito de noticiário publicado na imprensa em 17 do corrente, segundo o qual o escritor La-

dislav Mnacko foi excluído do Partido Comunista da Tcheco-Eslováquia, teve a cidadania cassada e perdeu o título honorífico de Artista Emírito e todas as condecorações oficiais que possuía, em consequência de seus protestos contra a política anti-israelense adotada pelo Governo tcheco-eslovaco, em decorrência da atitude dêsse escritor em favor dumna nação que cultiva o respeito pela filosofia do povo tcheco e onde se executa a mais perfeita experiência socialista do mundo, através dos seus "kibutzim".

E' de se estranhar que semelhante fato tenha sido efetivado como redundância da política do bloco comunista no Oriente Próximo. Não é crível que governo algum casse cidadâncias sob alegações de incompatibilidades dos punidos. Ademais que, dentro do próprio bloco soviético de apoio à posição árabe, existem divergências, algumas até diametrais.

O Sr. Mem de Sá — Permite Vossa Exa. um aparte?

O SR. AARAO STEINBRUCH — Com todo prazer.

O Sr. Mem de Sá — Desejo hipoteticamente a minha solidariedade ao protesto que V. Exa. formula. Considero, como V. Exa. e como qualquer homem de senso, uma monstruosidade o que se perpetrhou, porque nem se trata de suspender ou cassar direitos políticos. Está-se pretendendo cassar aquilo que é incassável — a nacionalidade de alguém. O fato é estranhável, sobretudo em um país socialista, porque o escritor adotou posição em favor de um país que está em luta contra as formas de ditaduras mais facistas do mundo. De modo que há, além de tudo, uma incoerência, uma incongruência, uma posição que se choca não apenas com a lógica, com a decência, com a dignidade, mas até com o bom-senso e a inteligência. Dou apoio e a solidariedade integrais ao protesto de V. Exa.

O SR. AARAO STEINBRUCH — Muito obrigado a V. Exa.

Mas V. Exa. tem toda a razão quando aponta essa incongruência de vez que a própria Tcheco-Eslováquia, dias atrás, censurava acrème o procedimento da Grécia, quando lá se instaurou a ditadura fascista-militar e se cassou também a cidadania de eminentes homens públicos.

O Sr. Mem de Sá — E também de mulheres...

O SR. AARAO STEINBRUCH — Homens e mulheres. V. Exa., quando fala em mulheres, quer-se referir às duas maiores artistas gregas, Papas e Melina Mercouri, esta criadora do personagem extraordinário que nos encantou no filme "Never Domingos".

Ora, para os conhecedores da história dos povos Tchecos e Eslovacos, a atitude de seus governantes absurdamente não condiz com os ideais de nacionalidade e independência que sempre os inspiraram. Já bem antes de 1914 a reputação de amor à liberdade foi uma das características mais acentuadas dos Tchecos da Boêmia e da Morávia, enquanto seus irmãos de hoje faziam da Eslováquia a terra prometida pela qual sempre lutaram. Mas foi ao deflagrar a I Grande Guerra, que o sentimento nacionalista eclodiu regiões da Europa Central. As epopeias escritas por líderes da envergadura de um Karel Kramer — o "Jovem Tcheco", de um Tomas Garrigue Masaryk — verdadeiro arquiteto da independência de sua terra, não podem ser dissociadas do espírito de seu povo. Enquanto a Europa se batia contra o poderio Austro-Germânico, esses homens encetavam uma outra campanha. A eles juntaram-se outros decididos patriotas como Joseph Djirich e Edvard Benes e, todos juntos, multiplicando-se em esforços, travaram junto aos Aliados uma outra luta contra o Império

Austro-Húngaro. Os sacrifícios que lhe foram exigidos foram quase inimagináveis, mas ao fim, a morte do Imperador Francisco José em novembro de 1916, e o inicio da Revolução Russa em março de 1917, fizeram vitória o movimento Tcheco. Quando em maio de 1918 o governo americano aprovou uma Resolução anti-Austríaca formulada pelo Congresso das Nações Oprimidas, reunido em Roma o Conselho de Guerra Aliado, em Versailles, associou-se a esta proclamação. Rapidamente, uma rápida sequência de eventos, marcou o destino feliz desta gloriosa jornada: a capitulação da Áustria-Hungria em 27-28 de outubro de 1918; em 28 de outubro o Comitê Nacional em Praga proclama a Independência, tomando por sua conta a administração dos territórios tchecos; e a 30 do mesmo mês, o Conselho Nacional Eslovaco pronunciou-se favoravelmente à unidade Tchecoslovaca.

Depois, muito depois, veio a ocupação nazista em 1938, e a resistência do povo tcheco-eslovaco ecclônia, lutando pelo mesmo sentimento de liberdade que é a essência de sua própria existência, escrevendo página de heroísmo inesquecível no folclore da Europa. O povo tcheco-eslovaco, abandonado de todos seus aliados, viu-se repartido, refalhado e finalmente, a 5 de abril de 1939, sujeitado à invasão alemã ordenada por Hitler.

Mas a reação tchecoslovaca jamais cessou durante os anos de ocupação. E em 14 de maio de 1945 capitularam as forças germânicas de ocupação. A 16 do mesmo mês regressava a Praga o líder nacional Benes e restaurava-se a Terceira República Tcheco-Slovaca, sob inspiração agora comunista.

Mas, Sr. Presidente, de toda a história tcheco-slovaca transpôs os ideais de liberdade. E de homens assim, não se pode esperar contra coisa que é perfeita compreensão deste amor tão grande pela Pátria, o desejo de ser donos de seus próprios destinos, mas pelos outros povos oprimidos da terra, também!

A cidadania é um bem inalienável, que se adquire por direitos de uma vida passada em comunhão com as aspirações de um povo. Não se compreende sua cassação principalmente se elas se inspiram na compreensão do amor pela liberdade em outras nações e quando punido se declara adepto da propria ideologia comunista em seu país.

Ademais, é um precedente condenável, que poderes constituidos usam uso da força para estrangular, oprimir e reprimir o pensamento humano. Aliás, na União Soviética não se dirá nem dizer também, não bem pouco ocorreu fato semelhante, em que foram vitimados dois outros homens de letras, por motivos análogos e discordância em suas obras, de certa orientação de alguns dirigentes do Estado. E na Jugoslávia a prisão de célebre escritor que não se acovardou da propria cadeia em condenar orientação que inclusive, no seu entendimento iugava do modelo ortodoxo da doutrina comunista.

Sou um profundo admirador do mais amplo respeito à liberdade de consciência, e sob pena de incerteza, jamais poderia deixar passar em branco ocorrências tão lamentáveis como estas.

São exemplos desencorajadores, que partem daqueles que se dizem justamente os paladinos dos direitos populares, e que perdem, Sr. Presidente, — como disse há bem pouco, respondendo a um aparte do nobre representante pelo Rio Grande do Sul, Senador Mem de Sá — autoridade para criticar, por exemplo, o que ocorreu recentemente na Grécia, que, sob regime de direita, cassou também a cidadania de pessoas ilustres e encarcerou homens de pensamento, com nobres passado de lutas em favor do engrandecimento dessa terra milenar.

Está por acaso esquecida a Tcheco-Eslaváquia dos iniquos crimes come-

tidos na era Stalíniana, quando foram sacrificados muitos de seus melhores filhos, embora muitos deles hoje reabilitados, para continuar a usar esses mesmos processos que a diminuem rante o respeito de homens de pensamento e de ideais?

Aliás a própria Tcheco-Eslaváquia reabilitou, há pouco tempo, um ex-Primeiro Ministro, que era Secretário Geral do Partido Comunista, pela alegação de estar o mesmo ligado ao Serviço de Inteligência americano, e o enfocou na forma mais degradante de execução, para o reabilitar posteriormente, há poucos dias. Quem sabe, se também dentro de poucos dias não veremos o governo tcheco-eslovaco restituir a cidadania a esse escritor que, por ser independente e ainda perfilar a própria doutrina comunista, conforme declarou à imprensa, teve cassados os títulos que conquistara ao longo de sua vida, pelos serviços prestados àquele país, casado pelo simples fato de se haver declarado a favor de Israel, na guerra desflagrada há alguns meses no Oriente Médio?

(Retomando a leitura)

Não poderia, pois, desta Tribuna, furtar-me de lançar um veemente protesto contra tais atitudes, partam elas de quem quer que seja. O povo tcheco-eslovaco, sem dúvida deve estar de luto, por esta demonstração de obscurantismo e violência cultural, na pessoa de um de seus mais insignes escritores, advinda de dirigentes que deveriam ser os primeiros, por serem tcheco-eslovacos, a saberem aqüilar o valor da solidariedade humana pelos anseios de liberdade, de progresso e de respeito à consciência universal. (Muito bem! Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Catete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Celso Ramos.

O SR. CELSO RAMOS:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, a determinação governamental, contida no Decreto nº 60.642, de 27 de abril de 1967, que constituiu um Grupo Consultivo para, dentro de um programa de expansão da siderúrgica nacional, definir em prazo curto, uma política global que assegure a revitalização da economia do carvão do Estado de Santa Catarina, deve ser entendida como preocupado desejo do Governo Federal, em rationalizar este importante setor da economia nacional.

Quero aplaudir a decisão do Senhor Presidente da República e me servir desta oportunidade para levar aos meus nobres pares, alguns pontos que encareço fundamentais na análise do problema e que gostaria chegassem como subsídios aos eminentes técnicos que compõem o Grupo Consultivo.

A minha vivência com este problema quando governei meu Estado ensinou-me a sentir a importância do carvão catarinense no desenvolvimento brasileiro e a perceber os erros que impedem a sua tranquila utilização nas siderúrgicas do País.

Embora o carvão nacional tenha por tantas vezes merecido o leste de esclarecidos estudiosos no assunto, creio que este é um momento oportuno para uma análise serena por esta elevada Casa Legislativa, na hora mesma em que transmite um projeto ao assunto.

1. A. BACIA CARBONIFERA CATARINENSE

São mais conhecidos no Brasil, até hoje, os campos carboníferos do Sul. Embora estes campos, no território nacional, estendam-se de São Paulo ao Rio Grande do Sul e agora se anunciam também na região amazônica, sómente os carvões de Santa Catarina podem ser usados como reator de minério de ferro, sob a forma de coque metalúrgico.

Dentre as matérias-primas nacionais, portanto, o carvão catarinense

se constitui no mais importante recurso na técnica atual da metalurgia do ferro.

A faixa carbonífera de Santa Catarina, segundo Norte-Sul, apresenta-se numa extensão de 70 km por uns 100 km de largura, situando-se entre a Serra Geral a oeste e o maciço granítico da Serra do Mar a leste.

Nessa faixa são encontradas cinco camadas de carvão, na seguinte ordem: Treviso, Bairro Branco, Irapuá, Ponte Alta e Bonito.

Destas, a camada Barro Branco é a que apresenta o maior interesse industrial, devido a sua extensão, praticamente continua, volume, regularidade e pouca profundidade.

Apenas esta camada e a Irapuá, com os conhecimentos atuais, apresentam características que justificam.

Segundo estudos geológicos, as reservas de carvão da camada Barro Branco aproximam-se de 1 bilhão de toneladas, enquanto as demais somam a 300 mil toneladas.

De cada metro quadrado desta camada, pesando cerca de três toneladas, é extraída em média uma tonelada de carvão.

2. A LAVRA DO CARVÃO

São empregados dois tipos de mineração de carvão: a mineração a céu aberto e a mineração em subsolo.

A primeira, se caracteriza pela roçagem, por grandes máquinas, de toda a cobertura que faz sobre a camada de carvão. A mineração em subsolo, ao contrário, é feita em extensa rede de túneis interligados, através dos quais é extraído o carvão.

As empresas de mineração, que adotam o processo de exploração a céu aberto, são fortemente mecanizadas, enquanto que as empresas de exploração a subsolo possuem fraco índice de mecanização, com exceção de uma ou outra que opera com equipamentos europeus e americanos, obtendo resultados bastante satisfatórios.

Cerca de 30% da produção de carvão em Santa Catarina provém das minas de céu aberto e o restante das minas de subsolo.

Sabendo-se que o custo da exploração a céu aberto é substancialmente menor do que aquela da exploração a subsolo, dever-se-ia com vistas à racionalização e ao aumento da produtividade de economia carbonífera, intensificar a produção nas áreas que se prestassem à lavra em céu aberto.

Sabendo-se, também, que em algumas áreas da camada Barro Branco a produtividade teórica em carvão metalúrgico chega a atingir cerca de 60% do carvão mineralizado, contra 40% de outras áreas, seria do mesmo modo conveniente, pelo menos enquanto perdurar a escassez de mercado para o carvão vapor, que se incentivasse a lavra das áreas de maior rendimento em carvão metalúrgico.

Qualquer programa de racionalização das nossas minhas deve ter implita, também, a idéia da sua progressiva mecanização.

Estas medidas, se conjugadas harmonicamente, resultariam numa expressiva redução nos custos de produção do carvão.

A produtividade de algumas minas catarinenses, que não atingem 300 kg/homem dia está muito acima dos padrões de outros países que alcançam em média 1.500 e 2.500 kg na Europa e cerca de cinco vezes mais nos Estados Unidos.

Concorre para este baixo resultado a grande disseminação de bocas de mina com produção física insignificante. Para uma produção global de 1,5 milhão de toneladas/ano existem hoje em Santa Catarina mais de 60 bocas de mina, do que resulta uma produção média por boca de 25 mil toneladas, quando se sabe que o tamanho mínimo econômico de uma mina mecanizada não deverá ter uma produção inferior a 250 mil toneladas/ano.

3. O BENEFICIAMENTO DO CARVÃO

O carvão tal como extraído das minas, para que possa ser utilizado na siderurgia ou na geração de energia, necessita de passar por um processo de eliminação das impurezas nela disseminadas, processo que se convencionou chamar de beneficiamento.

Ela própria natureza dos métodos de lavra utilizados presentemente, a quantidade de impurezas contida no carvão varia substancialmente, sendo maiores as quantidades no caso das minas mecanizadas.

Na atual conjuntura, apenas cerca de 40% do material extraído das minas constitui-se efetivamente de carvão, sendo o restante composto de xistos, folhelhos e pírita.

A tendência, já seguida por algumas minerações, é a de submeter o material mineralizado a um pré-beneficiamento a boca das minas, mediante o qual é eliminado o grosso das impurezas contidas no material. Metade das minas, entretanto, encontram-se ainda desprovidas de qualquer processo mecanizado de pré-beneficiamento. Nestes casos, ele é feito manualmente, consistindo numa grossa retirada das impurezas mais evidentes.

O pré-beneficiamento tem a grande vantagem de eliminar o transporte dos rejeitos do local das minerações até o Lavador de Capivari. Quando este sistema estiver implantado definitivamente se terá, em virtude da eliminação dos fretes dos rejeitos, uma redução no custo final do produto.

Se o carvão fosse todo pré-lavado, o esquema de recuperação passaria a ser o seguinte:

Rejeitos e perdas 3%
Carvão metalúrgico 55%
Carvão vapor 42%

Todo o carvão assim produzido é transportado por estrada de ferro até a usina central de beneficiamento de carvão, localizada em Tubarão, e conhecida como o Lavador de Capivari. Nesta usina, através de técnicas já bastante avançadas, processa-se o beneficiamento final do carvão, eliminando-se de vez as impurezas ainda existentes, e que hoje se situam em 30 a 35% para as minas que fazem o pré-beneficiamento manual e 10% para as que fazem o pré-beneficiamento mecanizado.

O carvão livre das impurezas é classificado em duas gamas decimétricas, sendo que uma correspondente ao carvão metalúrgico e outra, ao carvão vapor. Presentemente, a média dos carvões beneficiados em Tubarão tem apresentado os seguintes índices de recuperação:

Rejeitos e perdas 20%
Carvão metalúrgico 48%
Carvão vapor 32%

Estes índices correspondem a um carvão metalúrgico com um teor de cinzas equivalente a 18,5%, que é o máximo aceitável pelas usinas siderúrgicas, o que implica necessariamente na obtenção de um carvão vapor com cerca de 37% de cinza, em média.

O surgimento de um mercado amplo para o carvão vapor tornaria possível a valorização do carvão metalúrgico, pela redução do seu teor de cinzas, o que equivale dizer, pelo aumento do seu poder calorífico.

Se se tivesse mercado para qualquer quantidade de carvão vapor, técnica e economicamente seria possível a produção de um carvão metalúrgico com teor de cinzas inferior a 15%, o que representaria substancial melhoria em sua qualidade.

Neste caso, evidentemente, o índice de recuperação do carvão metalúrgico passaria de 55% para 35%, o que faria aumentar bastante a fração de carvão vapor em cada tonelada de carvão beneficiado. O carvão vapor, por sua vez, também melhoraria apreciavelmente a sua qualidade, pela redução do seu teor de cinzas de 37% para 32%.

Caberia mencionar, a título comparativo, que o carvão metalúrgico importado títula de 8 a 10% de cinza, de onde advém um dos motivos de sua preferência, embora o maior motivo seja efetivamente o seu preço mais reduzido.

4. O TRANSPORTE DO CARVÃO

Em Santa Catarina todo o transporte do carvão é feito pela Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, integrada na Rede Ferroviária Federal.

85% da receita desta Estrada advém do transporte do carvão e é mister que se diga que, das estradas da Rede Ferroviária Federal, talvez seja esta a única que apresenta superávit operacional.

O transporte é feito das várias minas ao Lavrador de Capivari, numa distância média de 80km, o do Lavrador ao Porto de Imbituba, numa distância de 40km.

Das ferrovias do País, de expressiva densidade de tráfego, é esta ainda a única a utilizar a antieconómica tração a vapor, do que decorre fretes excessivamente elevados.

Impõe-se a modernização de sua tração, adotando-se preferencialmente a eletrificação como solução definitiva para o barateamento dos fretes.

A redução no preço do carvão vapor, em virtude desta medida, e o consumo adicional de carvão para gerar a eletricidade necessária a esta eletrificação, proporcionariam um saldo bastante favorável à economia global do carvão.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CELSO RAMOS — Com todo prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Fixando o problema da exploração do carvão, particularmente no seu Estado V. Exa. traz, entretanto, à ponderação do Senado, subsídios valiosos do ponto de vista da própria economia nacional. Quero referir-me apenas a uma particularidade que V. Exa. acaba de fixar. Anuncia, no seu discurso, que a estrada que transporta o carvão, no seu Estado, ferrovia da Rede Federal, e, provavelmente, a única que está em regime não deficitário. Embora, V. Exa. sugira a eletrificação, providência perfeitamente aconselhável, o fato assinalado por V. Exa. mostra como a revisão administrativa, antes mesmo da eletrificação, poderia conduzir o Governo a manter o funcionamento de diferentes ramos ferroviários no País, ao invés de trancá-los sob o fundamento de antieconómicos. Para fazer um paralelo, lembraria — não a V. Exa. mas aos órgãos da administração federal — o fato assinalado no seu discurso e o que se verificou, em vários portos do País, inclusive na Bahia, numa região rica como a do cacaueiro. O Governo, ao invés de dar o funcionamento adequado ao ramal ferroviário que servia aquela região e de fazer dele o meio de transporte mais barato do cacaueiro, que é, como todos sabem, uma das fontes principais da economia do País, extinguiu-o, por antieconómico.

O SR. CELSO RAMOS — Grato pelo aparte do eminentíssimo colega que, por certo, ilustrará em muito o meu discurso.

(Retomando a leitura)

O carvão, no Porto de Imbituba, é embarcado em navios da Companhia Siderúrgica Nacional para os portos de Santos, Rio e Vitória, de onde segue, via ferroviária, para as usinas siderúrgicas.

Por falta de instalações adequadas o carregamento de carvão em Ibituba é processado a custos muito elevados.

Basta dizer que o descarregamento do mesmo carvão no Porto do Rio que é uma operação mais difícil, custa menos do que o carregamento no Porto de Imbituba.

Atualmente, o carregamento de um navio de 8.000 toneladas leva 24 horas, quando se sabe que esta operação poderia ser realizada no máximo em 8 horas.

As precárias instalações deste Porto não permitem também a atracação de navios de grande porte, o que faz com que o transporte marítimo seja bastante elevado.

Torna-se necessário que todos estes aspectos do problema sejam reformulados, se é que a meta é racionalizar a economia e reduzir os seus custos.

5. A UTILIZAÇÃO DO CARVÃO

Analizando-se os dados estatísticos, verifica-se que o consumo de carvão metalúrgico tem aumentado razoavelmente. Em 1953 o consumo era da ordem de 270 mil toneladas, elevando-se para 587 mil toneladas em 1962. Em 9 anos, portanto, mais que dobraram o consumo. Preve-se que em 1967 se situe em torno de 770 mil toneladas.

Este crescimento se deveu parte ao crescimento da produção de aço da Companhia Siderúrgica Nacional e em parte devido à entrada em funcionamento das instalações siderúrgicas da USIMINAS, em 1954, e da COSIPSA, em 1956.

Enquanto isso, o consumo de carvão de vapor obedeceu a uma tendência inversa: em 1953 se consumia 440 mil toneladas, em 1952 este número se reduziu para pouco mais de 310 mil toneladas, prevendo-se para 1967 um consumo de apenas 215 mil toneladas.

Os estoques de carvão vapor, por consequência, passaram de 96 mil toneladas, em 1953, para 474 mil toneladas, em 1962, e 1.470 mil toneladas, em 1967.

Deve-se a redução do consumo do carvão vapor a progressiva e intensa utilização de equipamentos a óleo diesel nas estradas de ferro do país, só não caindo o mesmo a níveis insignificantes, nos dois últimos anos, devido à entrada em operação da usina termoelétrica da SATELCA.

Verificando-se as estatísticas que estiveram a nossa disposição concluímos que a produção das minas de carvão foi crescente no período 1950 a 1956. Todavia, os índices compilados nos demonstraram que a produção, para atender ao aumento de consumo do carvão metalúrgico, foi obtida quase que praticamente pela melhoria dos níveis de recuperação do Lavrador de Capivari.

Assim, enquanto que a produção de carvão metalúrgico, entre os anos de 1958 e 1965, aumentava de 215 mil toneladas, no mesmo período, o carvão mineral crescia apenas em pouco mais de 20 mil toneladas.

O crescimento violento dos estoques de carvão de vapor pressionou os técnicos responsáveis pelos problemas de beneficiamento a buscarem novos métodos que conduzissem a gradativa elevação dos índices de ciência do Lavrador de Capivari, o que foi conseguido com a elevação dos índices de recuperação do carvão metalúrgico.

Como quem comanda a produção de carvão bruto, é o carvão metalúrgico, este esforço resultou na estagnação da produção das nossas minas.

O Governo do meu Estado, já em 1957, se apercebia deste problema. Foi quando então obteve do Governo Federal a constituição da Sociedade Termo-Elétrica de Capivari — SATELCA — para operar, em primeira etapa, com uma usina de 100.000 KW, objetivando, com isso, dar mercado para o carvão vapor que, já naqueles anos, se ressentia da redução de consumo nas ferrovias.

Com a SATELCA se buscava novamente o equilíbrio para a economia carvoeira.

Malgrado, porém, todos os esforços, esta obra sofreu um retardamento de 5 anos na sua execução, resultando daí um intóvel crescimento nos estoques de carvão vapor e a conse-

guente estagnação da indústria carbonifera de Santa Catarina.

Se o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, realizar, como se espera, a expansão da SOTELCA e o aproveitamento dos rejeitos piritosos, implantando definitivamente a Siderúrgica de Santa Catarina — SIDESC — terá conseguido racionalizar e valorizar importante setor da economia nacional e cumprir uma das metas mais expressivas do seu Governo.

6. O USO OBRIGATÓRIO DO CARVÃO NACIONAL NAS SIDERURGIAS

Após perseguido esforço do meu Estado, estabeleceu o Governo Federal incentivos para as siderurgias a coque que usassem um mínimo de 40% de carvão nacional na formação da carga de seus fornos.

Todos saímos que o carvão importado tem qualidades superiores ao carvão nativo, e também um preço expressivamente inferior.

Ambos os fatos têm servido de extensivas campanhas contra a nossa indústria prima.

Somos também dos que se rebelam contra o elevado preço do carvão brasileiro. E para isso estamos procurando servir a solução deste problema com a apresentação do presente documento, certos de que é possível, e sem grandes dificuldades, modificar integralmente a estrutura de preços dessa economia.

Não poderíamos, todavia, ceitar as ponderações daqueles que, a pretexto de uma qualidade inferior, querem prender o nosso carvão como se fosse a razão única dos altos custos e de todos os problemas das usinas siderúrgicas.

Fossem válidos os argumentos dos que assim pensam, não teríamos indústria nenhuma neste País, pois diariamente uma indústria nascente e circunscrita a um mercado limitado poderá competir com organizações internacionais alicerçadas em grandes mercados consumidores, estruturadas para produção em larga escala e dominadas pelas tecnologias mais avançadas.

Como disse o eminentíssimo técnico, Engº Oswaldo Pinto da Veiga, "ja dependemos demais do sub-solo e solo escurriente. Nossas divisas são poucas para o óleo, trigo, cobre etc. Os setores da siderurgia e termoelétrica são campos de emprego do carvão, como o são em todo o mundo. Se não criarmos nestes setores a consciência da necessidade de seu emprego em larga escala, não haverá perspectivas favoráveis ao carvão".

Deste modo, com a maior ênfase defendemos a tese da obrigatoriedade de todas as siderurgias a coque usarem um mínimo de 40% de carvão nacional.

Quero ressaltar, finalmente, que a percentagem fixada não foi por meia-acaso. A grande Usina Presidente Vargas, da Companhia Siderúrgica Nacional, vem há mais de quinze anos continuamente, utilizando esta percentagem de carvão nacional na formação da carga de seus fornos de coque, com resultados técnicos e econômicos inteiramente satisfatórios.

7. A CONSOLIDAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS FEDERAIS VOLTADOS AO CARVÃO

Três organizações do Governo Federal se dedicam ao carvão de Santa Catarina, quais sejam, a Comissão do Plano do Carvão Nacional, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina.

A Comissão do Plano do Carvão Nacional fixa e executa a política a ser seguida pela companhia carbonifera, e atualmente se responsabiliza por toda a comercialização do carvão.

A Companhia Siderúrgica Nacional explora a produção e beneficiamento e o transporte marítimo do carvão. A Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, explora o transporte do car-

vão das minas ao Lavrador de Capivari e desse ao Porto de Imbituba.

Com vistas à redução dos custos administrativos dessas empresas, e objetivando também imprimir uma orientação única às atitudes do Governo Federal no setor do carvão, acreditamos ser conveniente a realização de um estudo que analise a hipótese da consolidação de todos estes empreendimentos federais numa única organização.

Em qualquer caso deveria ser privada como elemento dinamizador e de equilíbrio da economia, embora se pudesse exigir desta, e para isso criando as facilidades e os estímulos necessários, a criação de consórcios que se concentrassem na exploração de minas de maior produção e rentabilidade.

8. O PREÇO DO CARVÃO

Não podemos dizer nada do que dissemos a e aqui se não acreditásemos na possibilidade de redução do preço do carvão.

Estudos recentes elaborados por técnicos do meu Estado, demonstram de modo insofismável que é perfeitamente obtinível uma redução de 50% no preço do carvão metalúrgico atualmente vendido às usinas siderúrgicas.

Quando a SOTELCA estiver consumindo todo o carvão vapor produzido, se terá já ai uma redução de NCs 20,00 por tonelada de carvão metalúrgico posto no pato das usinas siderúrgicas.

A par disso, o aumento de escala de produção das minas de Santa Catarina, com a respectiva mecanização, segundo a opinião dos mesmos técnicos, poderia reduzir o custo do carvão tipo lavrador, atualmente de NCs 32,22 por tonelada, para NCs 22,50.

O pré-beneficiamento obrigatório para todas as minas, elevando os rendimentos em carvão metalúrgico alcançados no Lavrador de Capivari de 48% para 55%, acarretaria parcialmente nova e substancial redução.

Os fretes ferroviários, as despesas portuárias e o transporte marítimo pediriam, por sua vez, serem reduzidos em cerca de 30%.

Estas medidas conjugadas fariam com que o metalúrgico, hoje vendido às usinas siderúrgicas por pouco mais de NCs 100,00 por tonelada, passasse a custar aproximadamente NCs 55,00. A partir daí o nosso carvão teria condições económicas de concorrência em preço com o carvão importado.

Se conseguisse como é óbvio, proporcional redução nos preços do carvão vapor e, consequentemente, no preço da energia gerada pela SOTELCA, cuja composição tarifária recebe a incidência do carvão em mais de 50%.

O Sr. Renato Silva — Permite Vossa Excelência um aparte? (Assentindo o orador) — Nobre Senador Celso Ramos, não só como catarinense mas também como companheiro de Bancada de V. Exa. congratulo-me com o nobre orador pelo magnífico pronunciamento que está fazendo nesta Casa, a respeito do problema do carvão. Ao assinalar os problemas da usina carbonifera de Santa Catarina, ao apresentar em seu substancial trabalho as características da lava do carvão, das condições em que se processa o beneficiamento deste mineral, ao assinalar os problemas do transporte do carvão, da sua utilização e da necessidade do uso do carvão obrigatório nas siderurgias e, ao mesmo tempo, ao preconizar a consolidação dos empreendimentos federais voltados ao carvão, e ainda ao assinalar o preço deste mineral, V. Exa. está trazendo, num momento muito oportuno, grande colaboração não só à economia catarinense mas também como muito bem acentuou o nobre Senador Josaphat Marinho, uma contribuição à economia nacional. Contribuição valiosa principal-

mente neste momento em que a Comissão de Economia desta Casa analisa projeto de lei da Câmara dos Deputados, no qual se procura retirar a obrigatoriedade da utilização de determinada percentagem do carvão catarinense. Por esta razão, como catarinense, como representante eventual do Estado que V. Exa. tão brilliantemente representa, na qualidade de Senador, quero congratular-me com o seu pronunciamento, que é pronunciamento minucioso, e que, por certo, há de servir como subsidio muito valioso aqueles que, nesta Casa e na Comissão de Economia, irão decidir sobre o projeto de lei a que me refiro e que se encontra em tramitação nesta Casa. Assim tem V. Exa. minha integral solidariedade e meus efusivos cumprimentos pelas expressões com que defende um dos mais importantes setores da economia do nosso Estado e da economia brasileira.

O SR. CELSO RAMOS — Muito grato a V. Exa.

A guisa de conclusão, permito-me alinhar os seguintes pontos, que gostaria fossem sugeridos por esta Nobre Casa ao Grupo Consultivo da Si-

derurgia, constituído pelo Decreto nº 60.642 já referido.

Na execução de uma política global para o carvão catarinense, deveria o Governo Federal:

Com vistas ao consumo de todo o carvão vapor produzido

1. promover a duplicação da capacidade da usina termoelétrica da SOTELCA, atualmente com 100.000 KW.

Com vistas à elevação da produtividade da indústria carbonifera

2. incentivar, enquanto perdure a escassez de mercado para o carvão vapor, a lavra das áreas de maior rendimento em carvão metalúrgico;

3. intensificar a produção de carvão nas áreas que se prestem à lavra em céu aberto, presente o fato de que os custos de exploração por este tipo de lavra são substancialmente menores do que aqueles da exploração a subsolo;

4. reduzir o número de bocas de mina, de tal modo a se ter em todos os casos explorações recomendadas economicamente;

5. promover a progressiva mecanização das minas, criando os estúdios e facilidades necessárias, sem despreocupar-se evidentemente, com o possível aspecto social decorrente do aumento de mão de obra ociosa na região carbonifera.

Com vistas à redução do preço

6. obrigar todas as minerações a procederem ao pré-beneficiamento à boca das minas.

7. modificar a tração da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, para se ter custos mais reduzidos no transporte do carvão.

8. melhorar as instalações do Porto de Imbituba de modo a ter este porto condições de atracar navios de maior porte e realizar as operações de carregamento com maior rapidez.

9. consolidar, para se ter redução nos custos administrativos, todos os empreendimentos federais voltados ao carvão.

Com vistas à valorização e proteção da economia

10. implantar definitivamente a Siderúrgica de Santa Catarina — SIDESC — destinada a produzir, em

primeira etapa, o enxófre com base nos rejeitos piritosos.

11. reduzir, a partir do instante em que se tiver consumo amplo para o carvão vapor, o teor de cinzas do carvão metalúrgico, melhorando a sua qualidade.

12. manter o uso obrigatório de 40% de carvão nacional na formação de carga dos fornos das siderúrgicas a ceque.

13. manter a iniciativa privada na economia carbonifera, por ser imprescindível como elemento dinamizador e de equilíbrio.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradecendo a atenção que esta Casa proporcionou ao meu pronunciamento, reitero a convicção de que, adotadas as providências que aqui mencionamos, alcançaremos condições de convencer, os que combatem o uso de percentagem obrigatoria de carvão nacional, em nossas siderúrgicas, que a nossa opinião é a que certa e a que consulta aos interesses nacionais. (Muito bem! Muito bem! Palmas!)

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENHOR SENADOR CELSO RAMOS EM SEU DISCURSO).

QUADRO Nº 1
ESTOQUES DE CARVÃO
1953 a 1967

A N O S	CARVÃO METALÚRGICO			CARVÃO VAPOR		
	Produção	Consumo	Estoque	Produção	Consumo	Estoque
1953	230.094	269.038	6.074	341.826	439.890	96.897
1954	292.401	279.680	17.654	254.051	457.829	39.405
1955	298.158	295.481	11.729	313.031	503.702	18.585
1956	277.064	300.924	17.429	383.247	450.522	76.370
1957	324.369	318.115	1.970	373.120	459.821	51.107
1958	402.526	305.854	85.173	408.750	419.908	85.787
1959	480.844	353.332	67.353	424.817	411.308	146.621
1960	453.973	453.853	69.277	422.858	346.467	259.433
1961	470.311	504.427	36.267	428.524	324.376	410.548
1962	586.631	587.091	50.079	376.456	312.379	474.022
1963	642.402	560.424	132.057	366.274	256.078	584.218
1964	595.487	638.870	88.674	373.592	251.561	706.249
1965	616.027	652.259	52.442	407.181	228.379	885.051
1966	678.038	681.647	48.833	472.767	171.559	1.186.259
1967 (*)	768.000	768.000	48.833	500.000	215.000	1.471.000

(*) = Previsão.

QUADRO Nº 2
PRODUÇÃO DE CARVÃO E ÍNDICES DE RECUPERAÇÃO
1950 a 1966

A N O S	CARVÃO LAVADOR			CARVÃO METALÚRGICO			CARVÃO VAPOR		
	Produção (ton.)	Recuper. (ton.)	Ind. Recup.	Produção (ton.)	Ind. Recup.	Produção (ton.)	Ind. Recup.	Produção (ton.)	Ind. Recup.
1950	639.703	436.001	68,2	145.771	22,8	290.230	29,4	45.4	45.4
1951	700.543	481.159	68,7	141.358	20,2	339.801	48,5	52,7	52,7
1952	734.970	516.719	70,3	129.290	17,6	387.429	39,2	39,2	39,2
1953	871.109	571.920	65,8	230.094	26,4	341.826	31,6	31,6	31,6
1954	801.877	546.452	68,1	292.401	36,5	254.051	34,8	34,8	34,8
1955	898.527	611.189	68,0	298.158	33,2	313.031	33,2	33,2	33,2
1956	976.187	660.311	67,8	277.064	28,4	383.247	32,4	32,4	32,4
1957	1.001.233	697.989	69,7	324.869	32,4	373.120	37,3	37,3	37,3
1958	1.205.371 (*)	811.276	67,3	402.526	33,4	408.750	33,9	33,9	33,9
1959	1.347.898	905.661	67,2	480.844	35,7	424.817	31,5	31,5	31,5
1960	1.296.685	876.831	67,6	453.973	35,0	422.858	32,6	32,6	32,6
1961	1.284.310	898.835	70,0	470.311	36,6	428.524	33,4	33,4	33,4
1962	1.350.894	963.087	71,3	586.631	43,4	376.456	27,9	27,9	27,9
1963	1.294.972 (*)	1.008.676	77,9	642.402	49,6	366.274	28,3	28,3	28,3
1964	1.215.487 (*)	969.079	79,7	595.487	49,0	373.592	30,7	30,7	30,7
1965	1.228.897 (*)	1.023.208	83,3	616.027	50,1	407.181	33,2	33,2	33,2
1966	1.364.799 (*)	1.150.805	84,3	678.038	49,7	472.767	34,6	34,6	34,6

(*) Inclusive relavabem.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Clóvis Maia
Sebastião Archer
Petrônio Portela
Ruy Carneiro
Pessoa de Queiroz
Júlio Leite
Josaphat Marinho
Lino de Mattos
Fillinto Müller
Renato Silva — (10)

O SR. PRESIDENTE:

(Catete Pinheiro) — si; esgotada hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Estão presentes na Casa somente 33 Senhores Senadores. Não há quorum para votação.

Item 1:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1966, de autoria do Sr. Senador Dylon Costa, que regulamenta o exercício do direito de preferência estabelecido no artigo 1953, § 1º da Constituição Federal e dá outras providências, tendo Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sob nº 355, de 1967, pelo arquivamento.

Em discussão o Projeto. (Pausa.) Nenhum Sr. Senador pedindo a palavra, declaro encerrada a discussão. O Projeto deixa de ser votado por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE:

(Catete Pinheiro)

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 529, de 1967) do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1967 (nº 1.438-C-60, na Casa de origem), que concede, pelo prazo de um ano, isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, para material destinado à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

Em discussão a Redação Final. Nenhum Senhor Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Não tendo havido emendas nem requerimentos no sentido de ser submetida a votos a Redação Final, dou-a como definitivamente aprovada sem votação, de acordo com o art. 316, letra a, do Regimento Interno.

Aprovada. O Projeto irá à sanção.

É a seguinte a Redação Final aprovada:

PARECER Nº 529, DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1967 (nº 1.438-C, de 1960, na Casa de origem).

Relator: Sr. Carlos Lindenbèrg.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1967 (nº 1.438-C-60, na Casa de origem), que concede, pelo prazo de um ano, isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, para material destinado à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente — Carlos Lindenbèrg, Relator — José Leite.

ANEXO AO PARECER Nº 529-67
Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1967 (nº 1.438-C, de 1960, na Casa de origem), que concede, pelo prazo de um ano, isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, para material destinado à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida, pelo prazo de um ano, isenção dos impostos de im-

portação e sobre produtos industrializados, para equipamento, máquinas, peças complementares, sobressalentes e acessórios, ferramentas, material especializado e específico, sem similar nacional registrado, importados por empresas industriais instaladas no Brasil, e destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

Art. 2º A isenção concedida abrange igualmente os bens descritos no art. 1º desta lei já importados pelas empresas e despachados nas repartições aduaneiras mediante assinatura do respectivo termo de responsabilidade, desde que o ônus dos tributos não tenha sido nem venha a ser transferido pelo importador ao primeiro adquirente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Catete Pinheiro) — Esgotada a Ordem do Dia.

Há ainda oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Mello Braga.

O SR. MELLO BRAGA:

Sr. Presidente, por designação desta Casa, participei, como observador, da 51ª Conferência Internacional do Trabalho, que se reuniu em Genebra.

Sobre essa Conferência desejo, nesta oportunidade, apresentar o seguinte relatório: (Lê)

51ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO**INTRODUÇÃO**

De 7 a 30 de junho próximo passado, realizou-se em Genebra, no Palácio das Nações, a 51ª Conferência Internacional do Trabalho.

Participaram da mesma Delegações de 109 países, tendo o número de participantes sido de 1.235, assim distribuídos: 213 delegados governamentais e 413 conselheiros técnicos; 105 delegados de empregadores e 177 conselheiros técnicos; e, 107 delegados de trabalhadores e 220 conselheiros técnicos. Participaram da Conferência, como Delegados, 66 Ministros do Trabalho, de diferentes países.

A Conferência elegeu a seguinte mesa para dirigir seus trabalhos:

Presidente — Sr. Getahon Tesema, Ministro de Assuntos Sociais da Etiópia;

Vice-Presidente governamental — Sr. Leon Eli Troclet, Delegado Geral, da Bélgica;

Vice-Presidente dos Empregadores — Sr. A. P. Ostberg, Delegado dos Empregadores, da Noruega; e,

Vice-Presidente dos Trabalhadores — Sr. Abid Ali, Delegado dos Trabalhadores da Índia.

DELEGAÇÃO DO BRASIL

Foi a seguinte a composição da Delegação do Brasil:

GOVERNAMENTAL

Chefe da Delegação — Senador Jarbas Gonçalves Passarinho, Ministro do Trabalho e da Previdência Social.

Delegado — Embaixador Antônio Francisco Azereedo da Silveira, Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

OBSERVADORES PARLAMENTARES

O Congresso Nacional acompanhou os trabalhos da Conferência através do Senador Mello Braga e do Deputado Lopo Coelho.

Conselheiros Técnicos — Dr. Ildélio Martins, Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho.

Ministro Fanor Cumplido Júnior. Dr. Domingos Araujo da Cunha Gonçalves.

Dr. Arthur Machado Paupério. Dr. Fernando Cavalcanti Martins Abelheira.

Dr. Adelmo Monteiro de Barros. Dr. Luiz Siqueira Seixas.

Dr. Daniel Coelho de Souza. Secretário de Embaixada Jorge Carlos Ribeiro.

Secretário de Embaixada José Nogueira Filho.

Adido de Embaixada Emanuel Massarani.

DELEGACAO DOS EMPREGADORES

Delegado — Deputado Jessé Pinto Freire.

Conselheiros Técnicos — Dr. Dante Pires de Lima Rebelo.

Dr. Diego Gonzales Blanco.

Dr. Néri Battendorf.

Dr. Orlando Laviero Ferraiuolo.

Dr. Benedito Alberto Brotherhood.

Dr. Geraldo Mota.

Dr. Arius Grozdes Colombo.

DELEGAÇÃO DOS TRABALHADORES

Delegado — Sr. Mário Lopes de Oliveira.

Conselheiros Técnicos — Sr. Antônio Pereira Magaldi.

Dr. João de Almeida Cavalcanti.

Sr. José Lázaro Dumont.

Dr. José Gomes da Silva.

Sr. Carlos Alberto Ferreira de Souza.

Sr. Zeuxis Soares Pessoa.

Sr. João Regis Fasbender Teixeira.

FALECIMENTO

Durante os trabalhos da Conferência, faleceu o Conselheiro técnico da Delegação dos Empregadores, Sr. Orlando Laviero Ferraiuolo. O Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho, Sr. David Morse, enviou nota de condolências à Delegação do Brasil e o Plenário prestou-lhe homenagem póstuma, consubstanciada em breve discurso do Presidente e observância de um minuto de silêncio.

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

O Brasil foi representado em todas as Comissões, num total de nove, da seguinte maneira:

Comissão de Reclamações e Comunicações — Dr. Ildélio Martins.

Comissão de Cooperação Técnica — Dr. Fernando Cavalcanti Martins Abelheira.

Comissão de Aplicação de Convenções e Recomendações — Dr. Arthur Machado Paupério.

Comissão de Trabalhadores Agrícolas — Dr. Daniel Coelho de Souza.

Comissão de Previdência Social — Dr. Adelmo Monteiro de Barros.

Comissão de Pesos Máximos — Dr. Luiz Siqueira Seixas.

Comissão de Finanças — Secretário José Nogueira Filho.

Comissão de Resoluções — Dr. Daniel Coelho de Souza e Secretário José Nogueira Filho.

Comissão de Regulamento — Dr. Adelmo Monteiro de Barros.

DEBATE GERAL

O debate geral, nas sessões plenárias, teve por tema o relatório do Diretor-Geral da Organização, que versou, principalmente, sobre a participação das atividades não-manuais no

processo de desenvolvimento econômico e social, tanto nos países desenvolvidos como naqueles em vias de desenvolvimento.

Os Delegados do Brasil: Ministro Jarbas Passarinho, em nome da Delegação Governamental; Deputado Jessé Pinto Freire, em nome da Delegação dos Empregadores; e, Sr. Mário Lopes de Oliveira, em nome da Delegação dos Trabalhadores, participaram do debate geral, pronunciando discursos que estão anexos a este relatório, cuja publicação solicito.

Foi escolhido esse tema como centro dos debates, porque, no curso dos últimos anos, a evolução técnica, econômica e social deu dimensões novas aos problemas de crescimento ou de desenvolvimento dos diferentes países do mundo, fazendo com que os governos passassem a se preocupar com as numerosas categorias de trabalhadores que, até então, não haviam merecido atenção particular, se comparados às outras categorias. Esses trabalhadores podem ser enquadados, em sua maior parte, naquilo que se denomina, talvez imperfeitamente, de "trabalhadores não-manaus."

A evolução sócio-econômica é marcada pelo florescimento de numerosos setores de atividade não-manual (comércio, seguros, bancos, administração, educação, serviços recreativos, serviços pessoais, serviços sociais). Esse desenvolvimento traduz notadamente a elevação geral dos níveis de vida, a diversificação da demanda de bens e de serviços, uma maior procura de meios de diversão e a pressão crescente da população, que se faz mais exigente quanto aos serviços que lhe são fornecidos.

Como afirmou o Diretor-Geral da OIT em seu relatório, os trabalhadores não-manuais são aqueles que, particularmente, detêm e detêm cada vez mais o saber indispensável ao progresso de todas as sociedades, e isto é, "ao nosso ver", afirmou o Sr. Mário Lopes de Oliveira, "um dos fatos mais marcantes, que modificarão a fisionomia e a relação das forças do mundo do trabalho do amanhã."

Como muito bem observou o Ministro Jarbas Passarinho, em seu discurso, "os países em desenvolvimento, como o Brasil, não pode vencer a batalha do desenvolvimento, se nela não engajarem, com segurança, os trabalhadores não-manuais, responsável pela participação imaterial na produção global de bens e serviços". E continuou Sua Exceléncia: "Se tivermos sempre presente o papel reservado, no desenvolvimento econômico e social, aos integrantes das profissões científicas, técnicas, liberais e assemelhadas, aos diretores e quadros administrativos superiores, ao pessoal administrativo em geral, ao pessoal do comércio e aos trabalhadores especializados nos chamados serviços (atividades terciárias), daremos conta da imensa importância que deve ser prestada, na formulação da política de recursos humanos de qualquer país, a essa espécie de trabalhadores. Bastaria a preliminar impossibilidade de formular qualquer política, em qualquer campo de ação, sem o concurso desses profissionais para se ter evidenciada a sua validade no corpo social."

O Delegado dos Empregadores, Deputado Jessé Pinto Freire, comentando as atividades da Organização no setor da formação profissional, afirmou que "as ideias expostas pelo Sr. Diretor-Geral em seu Relatório animam-nos à esperar que o papel a ser desempenhado pela OIT na imensa tarefa do ensino e da formação profissional venha a ampliar-se para o efetivo atendimento das necessidades dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil". E continuou Sua Exceléncia: "Os

homens de empresas do meu país cumprimos a sua parte, não apenas mantendo e ampliando suas atividades, que são fontes de emprego e bases na economia nacional. Elas vão além, complementando a parte do Governo nas atividades de serviço social e de formação profissional. Cremos que estamos assim dando bom exemplo de uma nova mentalidade empresarial; que não considero o capital apenas como um instrumento de lucro, mas que está consciente da sua finalidade social, em uma sociedade livre e democrática."

O Delegado dos Trabalhadores, Senhor Mário Lopes de Oliveira, comentando o relatório do Diretor-Geral, declarou que o mesmo "consustancia afirmativas que não apenas reforçarão as presentes reivindicações do trabalhador brasileiro, mas, outrossim, encontrará acolhida favorável por parte do Governo brasileiro, visto que se enquadram no programa altamente democrático e humanitário que o Presidente Costa e Silva adotou para caracterizar sua política social e trabalhista."

RESOLUÇÕES E RECOMENDAÇÕES ADOTADAS

Ao lado do debate geral, que coupo a maior parte do tempo das reuniões em plenário, reuniram-se as diversas comissões técnicas, cujo trabalho teve como resultado a adoção de diversas recomendações e convenções, a saber:

— Adoção de um convênio internacional de trabalho e de uma recomendação, a respeito do peso máximo de carga que pode ser transportada por um trabalhador.

— Adoção de uma recomendação internacional de trabalho, sobre o exame das reclamações dentro da empresa, com vistas à sua solução, e de uma recomendação relativa às comunicações entre a direção e os trabalhadores dentro da empresa.

— Adoção de um convênio e de uma recomendação sobre as prestações de invalidez, de velhice e de sobreviventes.

— Adoção de um anteprojeto de recomendação relativa à melhoria das condições de vida e de trabalho dos arrendatários, parceiros e categorias similares de trabalhadores agrícolas, assim como de uma resolução que se refere ao estudo dos aspectos da reforma agrária que são da competência da OIT.

— Discussão geral e adoção de uma resolução e de várias conclusões sobre "A OIT e a cooperação técnica", assim como de conclusões que se referem à "Contribuição da OIT à industrialização dos países em vias de desenvolvimento".

— Adoção do orçamento da OIT para 1963, que se eleva a US\$ 21.836.030, bem como da respectiva escala de contribuições.

— Exame de um relatório sobre a maneira pela qual os países membros aplicam as normas da OIT. As dez ratificações registradas durante a reunião da Conferência elevaram para 3.302 o número total de ratificações de convênios da Organização. Com as novas normas adotadas na presente reunião, o número total de convênios internacionais de trabalho ascende a 128, e o de recomendações a 131.

— Adoção de diferentes resoluções que tratam de questões não relacionadas com os pontos técnicos inscritos na ordem do dia, e, em particular, de uma resolução relativa ao quinquagésimo aniversário da Organização Internacional do Trabalho, em 1969.

A OIT E A COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nh resolução adotada sobre essa matéria, a Conferência Geral da OIT manifesta sua satisfação pelos progressos realizados pela OIT na co-

operação técnica e depõe que a situação dos países em vias de desenvolvimento tenha continuado a agravar-se, por causa de certos obstáculos que continuam dificultando o comércio internacional.

A resolução põe em relevo que um esforço maior dos países membros é necessário para que se facilitem recursos adicionais que permitam à OIT desenvolver e intensificar suas atividades de cooperação técnica, nos setores do desenvolvimento dos recursos humanos, das condições de trabalho e de vida e das instituições sociais. Considera que os países beneficiários devem tomar medidas apropriadas que permitam uma plena utilização da ajuda que se lhes proporcione.

As conclusões afirmam que as atividades de cooperação técnica da OIT devem continuar inspirando-se nos princípios constitucionais da Organização e tendem a assegurar sua aplicação progressiva, assim como a melhoria das condições de trabalho, com vistas a fazer progredir a justiça social e o direito para todos os seres humanos de procurarem, sem nenhuma discriminação, seu progresso material e seu desenvolvimento espiritual, em condições de liberdade e dignidade, de segurança econômica e em igualdade de oportunidades.

A CONTRIBUIÇÃO DA OIT À INDUSTRIALIZAÇÃO DOS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO

As conclusões assinalam os grandes esforços realizados tanto no nível nacional como no internacional para estimular o progresso da industrialização. Aquele realizado pela OIT, afirmam, é de importância fundamental na valorização do fator humano dentro do processo de industrialização e merece ser destacado.

Sublinham ainda as conclusões que "em seu papel sobre industrialização a OIT deve tomar em conta a necessidade permanente de sua contribuição aos programas de desenvolvimento rural. Importância especial tem o desenvolvimento de indústrias vinculadas à agricultura."

Finalmente, as conclusões destacam que o papel que toca à OIT desempenhar no que se refere a instituições sociais dentro do processo de industrialização, consiste em promover relações entre organizações de empregadores e de trabalhadores, e entre estas e os poderes públicos, que criem um ambiente social favorável à industrialização.

PESO MAXIMO DE CARGA QUE PODE TRANSPORTAR UM TRABALHADOR

Sobre a matéria, foi aprovado um convênio e uma recomendação.

Segundo o convênio, "cada membro tomará as medidas necessárias para que todo trabalhador empregado no transporte manual de carga não seja leve, receba, antes de iniciar

esse trabalho, uma formação satisfatória a respeito dos métodos de trabalho que deva utilizar, a fim de proteger sua saúde e de evitar acidentes". Acrescenta que não se deverá exigir nem permitir a um trabalhador o transporte manual de carga cujo peso possa comprometer sua saúde ou segurança, e que, para limitar ou facilitar o transporte manual da carta se deverão utilizar, naquele que for possível, meios técnicos apropriados.

AS COMUNICAÇÕES DENTRO DA EMPRESA

Em suas considerações gerais, a recomendação sobre a matéria diz que "os empregadores e suas organizações, assim como os trabalhadores e suas organizações deveriam, em seu interesse comum, reconhecer a importância que tem, dentro da empresa, um clima de compreensão e de confiança mútuas favoráveis tanto para a eficácia da empresa como

para as aspirações dos trabalhadores.

A recomendação precisa que os métodos de comunicação não devem diminuir a liberdade sindical nem causar prejuízo aos representantes dos trabalhadores ou a suas organizações.

O texto assinala que todo sistema de comunicações na empresa deveria tratar de assegurar uma comunicação real e regular em ambos os sentidos entre os representantes da direção e os trabalhadores, entre o chefe da empresa, o diretor do pessoal ou qualquer outro representante da alta direção e os representantes sindicais ou qualquer outra pessoa que, em virtude da legislação, ou dos costumes, ou dos contratos coletivos de trabalho, esteja encarregada de representar os interesses dos trabalhadores dentro da empresa.

O EXAME DE RECLAMAÇÕES

A recomendação sobre esse assunto, depois de fixar os métodos de aplicação, sublinha em seus princípios gerais que todo trabalhador que julgue ter motivos para apresentar uma reclamação, e que atue individualmente ou junto ou outros trabalhadores, deveria ter direito a apresentar tal reclamação sem que disso possa resultar para ele ou os interessados qualquer prejuízo pelo fato de havê-la apresentado, e que se examine sua reclamação de conformidade com um processo adequado.

Por último, e quanto à solução das reclamações não resolvidas, a recomendação ressalta que quando todos os esforços para resolver a reclamação dentro da empresa tenham fracassado, deveria existir a possibilidade, levando-se em conta a natureza de dita reclamação, de resolvê-la definitivamente por meio de procedimentos previstos no contrato coletivo, por conciliação ou arbitragem pelas autoridades públicas competentes, por decisão de um tribunal de trabalho ou de outra autoridade judicial, ou por qualquer outro procedimento apropriado, levando-se em conta as condições nacionais.

REVISÃO DOS CONVENIOS NS. 35, 36, 37, 38, 39 E 40. SOBRE PENSÕES DE VELHICE, INVALIDEZ E SOBREVIVENTES

Os convênios adotados pela Conferência em 1933, que se referem às pensões de velhice, invalidez e sobreviventes foram revistos por um novo instrumento de caráter mais geral e de maior flexibilidade que os precedentes. O novo convênio melhora notavelmente as normas previstas nos anteriores e sua concepção se baseia no convênio sobre previdência social (norma mínima), de 1952.

CONDICÕES DE VIDA E DE TRABALHO DOS ARRENDATÁRIOS E PARCEIROS

Conferência examinou em primeira discussão o melhoramento das condições de vida e de trabalho dos arrendatários, parceiros e categorias similares de trabalhadores agrícolas. As conclusões adotadas pela Conferência servirão de base para, depois de consultar os Governos membros, preparar um projeto de recomendação que se submeterá à próxima reunião da Conferência, em 1968, para decisão final.

ORÇAMENTO E ESCALA DE CONTRIBUIÇÕES

O orçamento global da OIT está previsto que alcançará, em 1968, um montante de US\$ 24.836.091, dos quais, segundo os programas aprovados, cerca de 70% serão aplicados em benefício dos países em vias de desenvolvimento.

Maiores dificuldades encontrou a aprovação da escala de contribuições, que fixa as quotas a serem pagas

pelos diferentes Estados membros. Há muitos anos, a Delegação do Brasil e a dos demais países em vias de desenvolvimento trabalha no sentido de se alterar a forma de cálculo da escala de contribuições da OIT, visando a aproxima-la da escala de contribuições das Nações Unidas. Esta última escala é calculada de acordo com as rendas nacionais dos diferentes países, ou seja, de acordo com a possibilidade e capacidade de pagamento de cada um. A escala da OIT não toma por base esses princípios, o que traz como consequências que os países em vias de desenvolvimento pagam proporcionalmente mais à Organização, que os países desenvolvidos.

Este ano o trabalho desenvolvido pela Delegação do Brasil produziu os primeiros resultados, pois foi aprovado um projeto de resolução, duramente combatido pelos países desenvolvidos, segundo o qual a Conferência pronunciava-se em favor do princípio de harmonização de escalas, em etapas sucessivas, dando este ano, o primeiro passo. Efetivamente, apesar da oposição encontrada, foi aprovada a escala que aumenta a porcentagem de contribuições da China, República Federal da Alemanha e Ucrânia, que eram os países que pagavam proporcionalmente menos, enquanto que diminui a taxa dos países em desenvolvimento que pagavam mais.

Acabou, como foi, o princípio da harmonização, resta à Comissão de Finanças do Conselho de Administração continuar o trabalho para o qual muito contribuiu a Delegação do Brasil, a fim de que, progressivamente, a escala de contribuições da OIT, levada em conta a diferença de membros, se aproxime daquela das Nações Unidas, para que cada país pague de acordo com sua renda nacional e sua capacidade de contribuir.

INCIDENTES POLÍTICOS EM PLENÁRIO

Merece destaque a atuação da Delegação do Brasil, quando liderou o grupo latino-americano, ante a ameaça de ataques aos governos da América Latina, por parte do delegado de Cuba, por motivo puramente políticos e fora dos temas tratados pela Conferência.

As ameaças se confirmaram e, logo no início de seu discurso, o Delegado cubano proferiu violento e insultuoso ataque aos governos latino-americanos, em geral. Levantando questão de ordem, o Ministro Jânio Passarinho, Chefe da Delegação do Brasil, dirigiu-se à tribuna, onde declarou que "seu país gastava dinheiro para enviar uma Delegação a Genebra, a fim de discutir assuntos trabalhistas e trocar experiências em questão de trabalho, que se referem a todos os tipos de regime existentes no mundo. Não pode o meu país admitir", continuou, "que esta Conferência venha a ser perturbada na sua finalidade por algumas Delegações que procuram notoriedade com fins políticos, proferindo, inclusive, insultos pessoais".

Seguiram-se outros representantes na tribuna, apoiando as declarações do delegado brasileiro, e, tendo o orador tentado prosseguir em seus ataques, o Presidente cassou-lhe a palavra.

A ação de liderança objetiva desenvolvida pela Delegação brasileira, nessa oportunidade, foi decisiva, para que não se desvirtuassem as verdadeiras e maiores finalidades da Conferência.

É mister ressaltar, outrossim, que ao contrário do ocorrido com outros países latino-americanos, que foram atingidos diretamente pelo Delegado cubano, o Brasil jamais foi citado, nem direta, nem indiretamente, numa demonstração do respeito e do

conceito que gozamos no cenário internacional, mesmo entre aqueles que se opõem a nossas idéias e principios políticos.

CONCLUSÃO

Pode-se afirmar que foi bem sucedida a 51ª Conferência Internacional do Trabalho. Os discursos proferidos, bem como as diversas recomendações e convenções aprovadas deixam claro que a comunidade internacional toma consciência de que o esforço para resolver os problemas do subdesenvolvimento econômico e social é uma responsabilidade comum a todos.

Para terminar, nada melhor do que as palavras finais do Ministro Jardas Passarinho, na conclusão de seu discurso em plenário:

"A humanidade tem agora consciência de que o subdesenvolvimento não é decreto do destino e de que as condições sociais podem ser melhoradas se existirem recursos e convicções de sucesso. Disponemos agora do mais extraordinário dos poderes, mais fecundo que o poder de chegar às estrelas, mais criador que a capacidade de desencadear uma guerra de exterminio - o poder de abolir a pobreza. Não deixemos passar as oportunidades que surgiram na Organização Internacional do Trabalho e em outros foros, para atingir esse objetivo. E não esqueçamos, acima de tudo, como proclamou a Encíclica "Populorum Progressivo", que o desenvolvimento é o novo nome da paz". (Muito bem; Muito bem);

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENHOR SENADOR MELO BRAGA EM SEU DISCURSO).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO MINISTRO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL, SUA EXCELENCIA O SENADOR JARBAS GONÇALVES PASSARINHO, PERANTE A 51ª SÉSSAO DA CONFERENCE INTERNAZIONAL DO TRABALHO, A 14 DE JULHO DE 1967.

E-me profundamente honroso dirigir-me, em nome do meu povo e do Governo Costa e Silva, a todos os delegados que têm assento nesta Conferência.

Preside-a um africano notável pelo seu saber. A sua escolha, significa igualmente uma homenagem à África, que tem tão profunda raízes na colonização do Brasil e na formação de nossa cultura, e que tem sido uma inspiração para todos nos peitos seus esforços gigantescos para superar a distância que a separa dos países industrializados.

Saudamos, ainda, todos os povos aqui representados, muito especialmente os nossos três mais recentes companheiros, Nepal, Barbados e Lesoto.

Senhor Presidente. Senhores Delegados.

O Relatório do Diretor-Geral, que ora se discute, não poderia ter maior atualidade para o Brasil. É um estudo lúcido e conclusivo, da mais alta significação, para todas as Nações, desenvolvidas ou não, mas é a estas últimas que o Relatório se refere mais vivamente.

Os trabalhadores não-manuais, como bem frisa o Relatório, "são os que, particularmente, detêm a deterão cada vez mais o saber indispensável ao progresso de todas as sociedades, e isto é, ao nosso ver, um dos fatos mais marcantes, que modificarão a economia e a relação das forças do mundo do trabalho do amanhã".

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, não podem vencer a batalha do desenvolvimento se-nela não engajarem, com segurança, os trabalhadores não-manuais, responsáveis pela participação imaterial na produção global de bens e serviços.

Se tivermos sempre presente o papel reservado, no desenvolvimento econômico e social, aos integrantes

das profissões científicas, técnicas, literais e assimeladas, aos diretores e quadros administrativos superiores, ao pessoal administrativo em geral, ao pessoal do comércio e aos trabalhadores especializados dos chamados serviços (atividades terciárias), dar-nosemos conta da imensa importância que deve ser prestada, na formulação da política de recursos humanos de qualquer país, a essa espécie de trabalhadores. Bastaria a preliminar impossibilidade de formular qualquer política, em qualquer campo de ação, sem o concurso desses profissionais para se ter evidenciada a sua validade no corpo social.

É claro que o reconhecimento do papel reservado a esses trabalhadores não deve acarretar ônus ou privilégios geradores de desentendimento entre as diversas parcelas da força de trabalho, todas essenciais à realização da vida humana. Contra discriminações destrutivas do equilíbrio social nessa matéria, temos inserido, nas últimas Constituições Federais brasileiras, a proibição de distinguir entre trabalho manual, técnico ou intelectual, ou entre os profissionais respectivos (inciso XVII do art. 153 da

Vigente Carta Magna).

A questão desse tema pelo Senhor Diretor-Geral enseja o enunciado de assunto da maior relevância para os países em desenvolvimento: o papel da ciência e da tecnologia na transformação da economia desses países e na superação do estágio em que se encontram.

Em verdade, a possibilidade de libertação do subdesenvolvimento está na razão dada da utilização da ciência, não isoladamente, mas como atividade nacional organizada.

O Brasil vem desenvolvendo um vitorioso esforço no sentido de ultrapassar a fase do subdesenvolvimento e diminuir o "gap", que o separa das nações altamente industrializadas.

País de dimensões continentais, um dos maiores do mundo, o Brasil ainda tem a vencer duros obstáculos, para que o seu todo nacional alcance o desenvolvimento já assinalado no Centro e no Sul.

População que apresenta uma das mais vigorosas razões geométricas de crescimento, maior que 3,5% ao ano, o Brasil precisa oferecer, em cada 12 meses, 1.300.000 de novos empregos aos jovens que atingem a idade de ingresso na força de trabalho.

Ha cerca de 15 anos atrás, vivíamos como país agrário mono-cultor de café. Importavamo-nos como país, agrário mono-cultor de café. Importávamo-nos quase todos os produtos manufaturados e exportávamo-nos sobre-mesa.

Hoje, nos Estados do Centro-Sul brasileiro, multiplicam-se os altos festejos; as usinas hidrelétricas, algumas com geração de energia superior a 2 milhões de KW, mudam a paisagem não só física como econômica e cultural. Vales imensos, como o do rio Paraíba, decadentes na década de 40, geram energia, produzem ferro, aço, cimento, automóveis eletromésticos, borracha sintética, asfalto, gasolina e plásticos.

Rapidamente, o Nordeste brasileiro se transfigura, também. É a infraestrutura que se instala, com os transportes, a energia barata e as comunicações. Indústrias diversificadas estabelecem-se, beneficiadas por incentivos fiscais proporcionados por leis federais. O Norte começa a despertar para a integração da Amazônia no todo nacional.

Nada disso se faria, se o Estado não olhasse, cuidadosamente, para os pre-investimentos em saúde e educação, em consonância com a Declaração dos Presidentes da América, firmadas neste ano, em Fulta del Leste, que afirma:

"Intensificaremos decisivamente a educação e incrementaremos os programas de melhoria da saú-

de pública para que o rico potencial humano de nossos povos possa contribuir ao máximo, para o desenvolvimento econômico, social e cultural da América Latina".

Tarefa por si só gigantesca, não basta ao Brasil a conquista de um lugar no grupo dos países desenvolvidos.

O Presidente Arthur da Costa e Silva, desde seus discursos na campanha eleitoral, insistiu em declarar que repudia o desenvolvimento que não tenha, como fundamento, a Justiça Social.

Toda a doutrina do Governo brasileiro se baseia no conceito do *humanismo social*, que significa, simplesmente, que o Homem é o centro e o objetivo de nossos eforços. Em outras palavras o Homem é o ponto de partida e o resultado final. Colocar o Homem no centro do sistema significa que não podemos conceber uma organização social que degrade a ser humano ou que o transforme numa peça de máquina, num meio para um fim ou num fantasma à mercê de um Leviatã todo-poderoso. Por outro lado considerar o Homem como objetivo implica numa visão dinâmica de sua natureza de seu potencial. Podemos e devemos torná-lo mais humano, auxiliando-o a desenvolver e a atualizar sua virtualidade. Nesse sentido, o homem não é uma essência estática, mas uma construção diária e o objetivo a longo prazo de um humanismo concreto. A conclusão de tal distinção é a de que o humanismo social se dirige a dois objetivos inter-relacionados: o que se poderia chamar o objetivo social (o homem como preocupação imediata) e o objetivo econômico (o homem como meta final).

O objetivo social procura a melhoria a curto prazo das condições de vida do homem como meta final). O objetivo social procura a melhoria a curto prazo das condições de vida do homem, e o objetivo econômico busca a consecução de uma vida melhor para todos, mediante um desenvolvimento industrial e tecnológico acelerado. Não podemos aceitar o argumento de que o desenvolvimento, por si mesmo, acabaria por gerar melhores condições de vida para todos, porque o sacrifício de milhões hoje é um preço demasiado alto a pagar pela utopia de amanhã. Portém, da mesma forma, recusamo-nos a dissociar o progresso do desenvolvimento e a acreditar que medidas de emergência constituam um substituto para a industrialização. Estamos, pois, profundamente convencidos de que o objetivo econômico e o objetivo social estão inextrinavelmente interligados.

Assim como o desenvolvimento econômico e social que acarrete o empobrecimento relativo e absoluto de certos setores da população é moralmente injustificável, assim o progresso social desvinculado de uma política de desenvolvimento a longo prazo é tecnicamente impossível. Para completar o quadro esboçado, faz-se mister projetar o humanismo social na esfera internacional. Chegamos assim a uma política exterior fundado na independência econômica, como base necessária para a consecução dos objetivos do humanismo social. Esta é uma política exterior perfeitamente consciente das complexidades da vida internacional e que, como todo o realismo e despojada de idéias preconcebidas, busca assegurar para o Brasil mercados mais amplos para sua manufatura e melhores preços para seus produtos primários. Tal política foi definida por meu Governo como a diplomacia da prosperidade, e constitui a face externa do humanismo social, sua projeção, por assim dizer, no campo internacional.

Acreditei necessário traçar este quadro mais amplo do humanismo social porque nossa política trabalhista é apenas parte de um contexto mais vasto. No Contexto geral que acaba de descrever, a política trabalhista brasileira poderá ser mais facilmente compreendida.

Não descuramos da preparação para o desenvolvimento. Nossos cristianistas, a quem cabe a tarefa fundamental de organizar e realizar a ciência como atividade nacional, nos jovens universitários, que ainda encontram obstáculos numa formação por vezes dissociada da realidade socio-económica brasileira, são mobilizados para a grande luta. Na preparação dos trabalhadores não-materiais, valiosos "fatores humanos do desenvolvimento", o Instituto de Estudos Sociais com nitida conexão com a Organização Internacional do Trabalho, é um excelente instrumento a serviço do desenvolvimento.

No g. au médio, de aprendizagem, o SENAI, com mais de 25 anos de atividade de formação de mão-de-obra qualificada para a indústria, e o SENAC, com mais de dois décennios de existência na preparação de especialistas para o comércio, bem testemunham a preocupação brasileira com a formação do técnico de nível médio.

Aguiar mesmo, participou o Brasil no Primeiro Congresso Ibero-americano de promoção profissional de mão de obra, realizado na Espanha, cujo avanço nesse campo é verdadeiramente notável. No mesmo sentido, tem respeitado entre nós um particular interesse o Centro Internacional de Turim.

Atendendo a convite que me foi dirigido, ainda no Brasil, pelo Bureau Internacional do Trabalho, tive a grata oportunidade de visitar aquele Centro Internacional de Aperfeiçoamento Profissional e Técnico.

Senhor Presidente, é de meu dever relatar à conferência que tive a melhor das impressões daquele Centro e da forma pela qual o mesmo vem sendo operado.

A serviço dos países em desenvolvimento, foi elas concebido como uma forma de aperfeiçoamento de mão de obra, e posso afirmar, pelo que me é dado observar, que esse objetivo tem sido alcançado, o que nos faz desejar trazer o maior número possível de brasileiros e mo seus bolsistas.

Abordando a cooperação técnica, o Brasil está envolto, nesse campo, não só da Organização Internacional do Trabalho como das Nações Unidas, para a formação adequada de trabalhadores não-materiais e da mão de obra qualificada manual, pois que a baixa capacitação técnica tem levado grande parte da nossa população, em idade ativa, a concentrar-se em setores de baixa produtividade. Tendo em vista a importância estratégica da industrialização para os países em desenvolvimento, temos particular esperança de que a Organização International do Trabalho estabelecerá cooperação frutífera com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, com base nas relações operativas constantes da Resolução 2.152 da XX Assembleia-Geral.

Toda cooperação internacional neste sentido é altamente desejável, desde que o centro de decisão não fuja ao Brasil.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Quer no plano social, que no plano econômico, a situação dos países em desenvolvimento se deteriora rapidamente. Três quartas partes da população mundial estão mal alimentadas, precariamente vestidas e sujeitas a doenças crônicas. O desnível da renda entre os países ricos e a dos países pobres se acentua cada vez mais, enquanto o comércio exterior prossegue operando de forma desfavorável para os países em desenvolvimento.

Ainda assim, o quadro não é de todo desalentador. Existe um aspecto

positivo: a humanidade tem agora consciência de que o subdesenvolvimento não é decreto do destino e de que as condições sociais podem ser melhoradas se existirem recursos e convicção de êxito. Dispomos agora do mais extraordinário dos poderes, mais fecundo que o poder de chegar às estrelas, mais criador que a capacidade de desencadear uma guerra de extermínio — o poder de abolir a pobreza. Não deixemos passar as oportunidades que surgirem na Organização Internacional do Trabalho e em outros foros, para atingir esse objetivo. E não esqueçamos, acima de tudo, como proclamou a Encíclica "Populorum Progressio", que o desenvolvimento é o novo nome da paz.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO DEPUTADO JESSE PINHO FREIRE, DELEGADO DOS EMPREGADOS DA DELEGAÇÃO DO BRASIL A 51^a CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO, NA 23^a SESSÃO PLENÁRIA, REALIZADA NO DIA 22 DE JUNHO DE 1967.

Sr. Presidente. Srs. Delegados,

Sejam as minhas primeiras palavras para agradecer a Vossa Excelência pelas condolências apresentadas à Delegação do Brasil por ocasião da morte de nosso colega, Sr. Orlando Laviero Ferraiuolo. Faço-o em nome da Delegação brasileira e em nome da família do extinto, cuja viúva pediu-me transmitisse a Vossa Excelência seus agradecimentos.

Sr. Presidente,

O Relatório do Diretor-Geral a essa 51^a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho é confortador quanto à persistência dos esforços deste Organismo para bem cumprir as finalidades para que foi criado.

Deve ser salientada a ênfase conferida por esse documento ao surgimento no mundo da categoria cada vez mais ampla dos trabalhadores não manuais, nisso compreendidos os setores do comércio dos seguros, da administração, dos bancos, dos serviços recreativos pessoais e sociais, e da educação.

Assinada o Relatório, com atenção, a extensão do progresso técnico a setores novos, espalhando-se para fora do âmbito industrial, ao qual estava quase que exclusivamente confinado até agora. E analisa com agudeza a evolução trazida pelas inovações técnicas às tarefas de administração e de gestão, afetando mesmo atividades eminentemente intelectuais ampliando a necessidade de melhoria ou de renovação das qualificações até agora requeridas para o seu desempenho.

Informa, ainda com segurança, que tal evolução, tendo marcado profundamente os países industrializados, toma a esconder-se também às regiões em via de desenvolvimento, e com isso ao progresso em escala espetacular.

Na qualidade de Delegado Empregador do Brasil desejo trazer a esta assembleia o depoimento da área que represento quanto à exatidão das observações do Diretor-Geral, nesse particular, e quanto à participação dos empresários brasileiros na solução dos problemas relacionados à conjuntura sócio-econômico e ao profissional.

Constituimos, como sabéis, país em desenvolvimento, onde a partir de 1914, teve inicio um processo de industrialização, fortemente acelerado depois da Segunda Guerra Mundial. A estrutura agrária tradicional vê ali sendo progressivamente alterada com o surgimento de múltiplas atividades industriais. Isso te mido feito com tremendo esforço, pois contamos com uma extensão geográfica de pro-

pórcões continentais, pontilhada de grandes vassos demográficos, onde ainda é preciso dominar a selva, vencer distâncias, plantar cidades, e até mesmo mudar a capital p'ra ao interior a fim de provocar o povoamento da imensa hinterlandia.

Além dos empreendimentos típicos de infra-estrutura, como comunicações, transportes e energia, foi preciso prover rapidamente as necessidades de mão de obra especializada, e estabelecer serviços sociais que pudessem atender aos problemas surgidos da grande massa trabalhadora subitamente multiplicada pela expansão da satividades.

Os recursos governamentais, solicitados por inumeráveis frentes de trabalho, eram evidentemente insuficientes para atender a tudo. Isso foi compreendido pelos empresários brasileiros, que trataram de mobilizar recursos para a organização de serviços por eles administrados e custeados, para complementar as tarefas que o Estado, excessivamente sobre carregado, não estava em condições de executar no campo social e no terreno da formação profissional.

Foi assim que surgiram no Brasil as instituições privadas empresariais da indústria, conhecidas pelas siglas SENAI e SESI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Serviço Social da Indústria), e SESC e SENAC (Serviço Social do Comércio e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

Essas instituições, hoje com mais de vinte anos de existência, têm prestado contribuição inestimável ao processo de desenvolvimento brasileiro. E constituem expressivas demonstrações da capacidade de servir desinteressadamente à coletividade, por parte dos homens de empresa, dentro do regime democrático e de livre iniciativa em meu país.

Esse trabalho não se tem aplicado exclusivamente à formação de profissionais práticos para a indústria e para o comércio, em todos os graus de atividade. Assiste também os trabalhadores e suas famílias em todas as regiões do país com serviços associativos, desportivos, recreativos, artísticos, culturais, de aperfeiçoamento, de atendimento individual de defesa da saúde, de escotismo de atividades comunitárias e de habitação.

Esa atuação dos empregadores brasileiros em prol da paz social e do progresso do seu país tem procurado inspirar-se na melhor técnica,traindo a colaboração de especialistas estrangeiros e procurando a ajuda de organizações internacionais.

Assume, assim, para nos outros, especial relevância o ponto VIII da ordem do dia desta reunião da Conferência Internacional do Trabalho, onde se menciona a cooperação técnica e o papel da OIT na industrialização dos países em via de desenvolvimento.

Nós nos temos beneficiado no Brasil dessa assistência técnica, embora não de forma sistemática nem na extensão que seria de desejar.

De nossa parte podemos afirmar estamos contribuindo desde 1962, em Bogotá, para a criação e funcionamento de um "Centro Interamericano de Documentação e Pesquisa sobre Formação Profissional". Nesse sentido, coube ao SENAC, em colaboração com o SENAI, promover sob os auspícios da OIT em 1964, no Rio de Janeiro, o Seminário sobre organização e planificação da formação profissional, com a participação da maioria dos países americanos e representações da OIT, UNESCO, JAT, FAO, UNICEF, CIME, ORIT e BID.

Hoje em dia aquél organismo, conhecido pela sigla CINTERFOR, é espelhada realidade, anelando esforços até então dispersos e assistêmáticos.

No ano corrente só o SENAC corre com 5 mil dólares para que aquél Centro possa desincumbir-se dos encargos que lhe foram atribuídos

executando em diferentes países da América projetos da mais alta significação no interesse da formação profissional no Continente Americano.

No corrente ano estamos participando do Curso de Instrução Programada, na Venezuela, e do Seminário de Aprendizagem em Santiago do Chile. E registramos com prazer a oportunidade oferecida pela OIT no ano findo, com Bolsas de Estudo no Centro Internacional de Aperfeiçoamento Profissional e Técnico de Turim, Itália. So pejemos aspirar a que a concessão dessas Bolsas, de alto alcance para o aperfeiçoamento técnico, possam ampliar-se e multiplicar-se, pois seus resultados são extraordinários e altamente benéficos.

Ainda no corrente ano, aguardamos no Brasil a revista do Diretor-Adjunto do Escritório da OIT em Lima, Peru, para concluir entendimentos sobre convênios de intercâmbio de bolsistas com entidades ligadas à OIT, e interessadas na permuta de programas de aperfeiçoamento de pessoal nas seguintes áreas:

a) funcionamento e programação de colônias de férias, atividades de férias coletivas e de fins de semana;

b) educação familiar e programas de moradia para trabalhadores no comércio.

As idéias expostas pelo Sr. Diretor-Geral em seu relatório animam-nos a esperar que o papel a ser desempenhado pelo OIT na imensa tarefa do ensino e da formação profissional venha a ampliar-se para o efetivo atendimento das necessidades dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Os homens de empresa do meu país comprem a sua parte, não apenas mantendo e ampliando suas atividades, que são ícones de empregos e bases da economia nacional. Eles vão, além, complementando a parte do governo nas atividades de serviço social e de formação profissional. Cremos que estamos assim dando bom exemplo de uma nova mentalidade empresarial, que não considera o capital apenas como um instrumento de lucro, mas que está consciente da sua finalidade social em uma sociedade livre e democrática.

Mas, para bem desempenharmos as tarefas que assumimos nesse capítulo precisamos da colaboração do conhecimento científico e da técnica, para que possamos obter rendimento produtivo do nosso esforço.

Concordamos em que os estímulos à industrialização são importantíssimos para acelerar as mudanças essenciais na estrutura econômica.

Mas aceitamos, também, como não menos verdadeiras, as afirmações do Sr. Diretor-Geral de que é igualmente importante o acréscimo da receita de divisas obtido, por exemplo, através do desenvolvimento de ramos importantes do setor terciário, como é o caso do turismo estrangeiro, ou dos eficazes serviços de comercialização visando a exportação.

Se é certo que devemos promover progresso do nosso país pelo fomento simultâneo do desenvolvimento industrial e das atividades comerciais e de serviços, não menos evidente é a verdade de que só poderemos atingir esse objetivo de modo rápido e eficiente se tivermos — em país em fase de desenvolvimento, como é o nosso — a eficiente colaboração técnica que nos podem prestar instituições como a OIT.

Interpreto, assim, o pensamento dos empregadores brasileiros, — e creio ser esse também o ponto de vista dos países de estágio econômico semelhante ao nosso — ao manifestar perante a assembleia da 51^a Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, a esperança de que os planos bem expostos pelo Sr. Diretor-Geral em seu Relatório, especialmente os que dizem respeito à formação

profissional sob todos os seus aspectos, merecam plena concordância.

E que possamos contar, com a amparação da atividade da OIT nesse capítulo, na ajuda aos países em desenvolvimento, como um instrumento eficaz de progresso, que nos permita trabalhar objetivamente pela paz do mundo através da multiplicação da riqueza e da consolidação da paz social.

Para terminar, gostaria, Senhor Presidente, de felicitá-lo por sua eleição unânime à Presidência desta Conferência.

DISCURSO SOBRE O RELATÓRIO DO DIRETOR-GERAL DA O.I.T. PROFERIDO PELO DELEGADO MARIO LOPEZ DE OLIVEIRA, DA DELEGAÇÃO DOS TRABALHADORES DO BRASIL, PERANTE A 51^a CONFERÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.

(Junho — 1967)

Senhor Presidente,

Senhores Delegados,

Meus Senhores e minhas Senhoras, Preliminarmente, felicitamos o Senhor Presidente pela serenidade e precisão com que vem conduzindo os trabalhos da Assembléia, evitando que a mesma se transforme num picadouro. Continua Sr. Presidente, mantendo sua justa e serena atitude. Temos nesse apoio.

Pedia iniciar minhas palavras criticando e mesmo censurando aqueles que se julgam perfeitos, sem nenhuma falha, donos da verdade e com pretensões a tutores dos demás povos. Mas não o farei.

Poderia, também, dizer algumas verdades sobre o chamado "Paraiso Terraestre", onde os que estão dentro não podem sair e os que estão fora não podem entrar. Mas, também, não o farei por respeito ao Regulamento e, ainda, por uma questão de higiene mental.

Entretanto, devo dizer que nós os brasileiros não temos vocação para Senhores e muito menos para escravos. Somos donos do nosso destino e queremos que nos respeitem, que nos deixem trabalhar em paz e isso haveremos de conseguir, por bem ou por mal queiram ou não os falsos povos.

Não temos no Brasil preconceitos de espécie alguma. Aceitamos e aceitaremos com tida satisfação a colaboração de todos aqueles que condõem a quererão trabalhar honesta e sinceramente, para um mundo melhor, uma humanidade mais feliz.

A Delegação dos Trabalhadores do Brasil, após devidamente apreciar o fundamentado Relatório do ilustre Diretor-Geral da O.I.T., considerou imperioso externar, desta honrosa tribuna, o integral apoio do sindicalismo trabalhista brasileiro às providências programadas pela O.I.T. com o fim primordial de tornar mais respeitados e aperfeiçoados os preceitos fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

As constantes e oportunas referências do Relatório aos objetivos básicos do Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento e da Carta Universal dos Direitos Humanos foram, por nós, examinadas com o máximo interesse, porquanto, nestes anos recentes, têm sido intensas e constantes as atividades do nosso sindicalismo no sentido de defender os direitos adquiridos e as justas reivindicações dos trabalhadores, sem prejudicar o desejável desenvolvimento econômico-financeiro do Brasil e, ao mesmo tempo, sem ferir aqueles direitos destinados a garantir o "advento de um mundo em que os homens usufruam da liberdade de viverem a salvo do temor e da miséria", conforme previsto naquela Declaração.

As criteriosas advertências do Relatório às medidas que se tornam ur-

gentes, no campo do direito social, para que as condições de trabalho e de vida dos operários possam, realmente, contribuir para o progresso social, igualmente merecem os aplausos da Delegação dos Trabalhadores do Brasil. Aquelas judiciosas recomendações — especialmente destinadas aos políticos e administradores que executam seus ambiciosos e egoísticos planejamentos ignorando direitos inerentes à própria condição humana do trabalhador —, sem dúvida, também serão irrestritamente apoiadas pelos Governos e Empregadores sinceramente integrados nos superiores ditames da Declaração dos Direitos Humanos, pois... "é essencial que os direitos do homem sejam protegidos por regime de Direito, para que o homem não se veja obrigado a lançar mão, como supremo recurso, da revolta contra a tirania e a opressão".

O minucioso relato da continua atuação da O.I.T., relacionada com a execução das deliberações de suas Conferências, — em especial, das que se referem ao desenvolvimento das instituições sociais, aos problemas técnicos do emprego e do desemprego, bem como, à estruturação e aplicação de normas fundamentais ao desenvolvimento social, com a participação das entidades dos trabalhadores, cooperativas e organizações rurais, será de extraordinária valia para os estudos e reivindicações que os trabalhadores brasileiros atualmente coordenam, baseados no reiterado propósito do nosso Governo de assegurar o desenvolvimento econômico-financeiro do Brasil, adotando, simultaneamente, uma política de valorização do homem e permitindo a melhoria das condições de vida e sociais dos trabalhadores, recompensando, desta forma, pelos árduos sacrifícios impostos no anterior período de consolidação das finanças brasileiras e dos nossos tradicionais princípios democráticos.

Como representante de todos os trabalhadores brasileiros não poderia deixar de mencionar em minha intervenção a imensa parcela dos trabalhadores agrícolas, que em meu País constitui a maior parte da força de trabalho.

Em primeiro lugar quero expressar a posição dos companheiros brasileiros com respeito ao importante e controvertido problema de reforma agrária, neste particular, perfilham os campesinos brasileiros a tese de que a Reforma Agrária — embora reivindicada vigorosamente — não deve constituir um pretexto para substituir a figura e a opressão do latifundiarismo pela opressão e a figura do Estado ionipotente.

Por outro lado, quero aproveitar esta oportunidade para enfatizar a necessidade de que a O.I.T. dedique maior atenção a essa importante categoria de trabalhadores. E para esse fim lembro que do total de 508 convenções, recomendações e resoluções adotadas pela O.I.T. até 31 de dezembro de 1966, apenas 40, ou seja 8%, dizem respeito aos trabalhadores agrícolas.

Ainda como oportuno quero destacar que o nosso conceito desta categoria considera trabalhador como gênero, do qual os assalariados, parceiros, arrendatários, minifundistas e pequenos proprietários de necessidades familiares são espécies distintas.

Os capítulos que abordam as normas internacionais do trabalho e as provisões para torná-las cumpridas demonstram que, infelizmente, os preceitos constitucionais da O.I.T. ainda não têm sido considerados com

acolhimento idêntico ao que os Estados-Membros dispensam aos inúmeros Convênios e Recomendações internacionais que disciplinam assuntos econômicos, culturais ou diplomáticos. Ao externar esta conclusão, a Delegação Operária do Brasil, respeitosamente, ousa sugerir que a O.I.T. estude a conveniência de acrescentar, em seus expedientes sobre o assunto, algumas solicitações no sentido de que possam vir a ser suas Conferências inequivocavelmente esclarecidas quanto aos reais e, presumivelmente, justificáveis, determinantes da não submissão de remotas Convenções e Recomendações à decisiva deliberação das suas autoridades competentes para ratificá-las ou não.

A reiteração destas consultas aos Estados-Membros comprovará o real empenho da O.I.T. em fazer observada sua Constituição, evitando que as entidades sindicais interessadas recorram às denúncias e aos pedidos de inquéritos previstos no Código Internacional do Trabalho. A aceitação da sugestão ora exposta, além do mais, testemunhará o reconhecimento pela O.I.T. da competência exclusiva conferida aos órgãos legislativos dos Estados-Membros quanto à aceitação ou à recusa das normas aprovadas nessas Conferências, impedindo, desta forma, que Convênios que disciplinam questões vitais para a sobrevivência das conquistas sócio-trabalhistas — como as relativas à liberdade sindical e aos contratos coletivos de trabalho —, permanecem indefinidamente retidas, aguardando os pareceres do Poder Executivo, encaminhando-as ao Congresso Nacional. Atendendo ao excepcional interesse com que nossa Delegação analisou esta parte do Relatório, pedimos vênia a este respeitável Plenário para acrescentar que o retardamento das decisões governamentais sobre normas internacionais do trabalho, não apenas motivaria situações injustas irreparáveis para os trabalhadores, como também, possibilitará que a repetição de críticas àquelas Convenções, formuladas por alguns que ignoram a evolução do direito social e desconhecem as prerrogativas reservadas aos poderes legislativos para decidirem tais assuntos, determinam o surgimento de repulsa da opinião pública quanto ao reconhecimento dos direitos dos trabalhadores e, consequentemente, provocarem constrangimentos políticos nas deliberações dos legisladores.

Ainda com referência à relevante importância do definitivo pronunciamento dos Estados-Membros quanto às decisões adotadas por suas Delegações nestas Conferências, cumpre-nos mencionar, — com absoluta consciência das responsabilidades que assumem os conceitos proferidos neste agrégio Tribunal —, que estas modestas ponderações da nossa Delegação são inspiradas no superior intuito de elevar o prestígio das normas internacionais do trabalho, criteriosamente estudadas e aprovadas nestas Conferências, evitando-se que os principios, por estas há muito, consagrados como básicos para o aperfeiçoamento das relações entre Governos, trabalhadores e empregadores, venham a ser, sem referência aos méritos da O.I.T., reeditados e recomendados como preceitos indispensáveis à paz social fundamentada no respeito aos direitos dos assalariados e às tradições espirituais dos povos, conclusões estas defendidas por estas Conferências, há décennios e sem injunções políticas ou religiosas.

Concluindo, reiteramos congratulações ao eminentíssimo Diretor-Geral da

O.I.T. por seu magnífico Relatório, por quanto consubstancia afirmativas que não apenas reforçarão as presentes reivindicações do trabalhador brasileiro, mas, outrossim, encontrarão acolhida favorável por parte do Governo brasileiro, visto que se enquadram no programa altamente democrático e humanitário que o Presidente Costa e Silva adotou para caracterizar sua política social e trabalhista.

Finalmente, a Delegação dos Trabalhadores do Brasil sinceramente deseja que os ilustres participantes dessa magna Conferência igualmente entrem naquele Relatório exemplos e ensinamentos que contribuam para o desenvolvimento do sindicalismo autêntico, como fator decisivo para o aprimoramento dos regimes democráticos.

O SR. PRESIDENTE:

(Cassete Pinheiro) — Os demais oradores inscritos não estão presentes. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra vou encerrar a sessão, designando para a V. amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão em 28 de agosto de 1967

1

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1966, de autoria do Sr. Senador Dalton Costa, que regulamenta o exercício do direito de preferência estabelecido no art. 153, § 1º da Constituição Federal e dá outras providências, tendo Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sob nº 355, de 1967, pelo arquivamento.

2

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1967, de autoria do Sr. Senador Dalton Costa, que regulamenta o exercício do direito de preferência estabelecido no art. 153, § 1º da Constituição Federal e dá outras providências, tendo Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sob nº 360, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

3

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1967, de autoria do Sr. Senador Bezerro Neto, que institui a conciliação na audiência do Processo Civil e Commercial, tendo Parecer Contrário, sob nº 365 de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

Está encerrada a sessão

(Ler-se a sessão às 16 horas e 55 minutos.)

Trecho da Ata da 109ª Sessão, em 11 de agosto de 1967, página 1.698, 2ª coluna, que se republica por haver saído com incorreção.

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 1967 — (LEI COMPLEMENTAR).

Regula a execução do dispositivo no artigo 16, § 2º, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As Câmaras Municipais das Capitais e dos Municípios de popula-

ção superior a 100.000 (cem mil) habitantes poderão atribuir remuneração aos seus Vereadores, nos termos desta Lei.

Art. 2º A remuneração dividir-se-á em parte fixa e variável, e será estabelecida no final de cada legislatura para vigorar na subsequente.

§ 1º É vedado o pagamento de qualquer outra vantagem pecuniária em razão do mandato, inclusive ajuda de custo, representação e gratificações.

§ 2º A parte variável de remuneração não será inferior à fixa e corresponderá às sessões a que comparecer o Vereador, não podendo ser paga mais de uma por dia.

§ 3º Durante a legislatura não se poderá elevar a remuneração a qualquer título.

Art. 3º A remuneração não ultrapassará as seguintes proporções em relação aos subsídios atribuídos aos Deputados à Assembleia Legislativa do respectivo Estado:

I — nas Capitais, com população superior a 1.000.000 (um milhão) de habitantes, dois terços;

II — nas Capitais, com população igual ou inferior a 1.000.000 (um milhão) de habitantes, metade;

III — nos Municípios, com população superior a 300.000 (trezentos mil) habitantes, um terço;

IV — nos Municípios, com população igual ou inferior a 300.000 (trezentos mil) e superior a 100.000 (cem mil) habitantes, um quarto.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo os subsídios dos Deputados à Assembleia Legislativa serão fixados em Resolução do Poder Legislativo Estadual, obedecido o art. 13, VI, da Constituição.

Art. 4º A população do Município será certificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou, quando este não dispuser de elementos atualizados, por órgão estatístico estadual.

Art. 5º Na Legislatura em curso, a remuneração será fixado pelas Câmaras para vigorar imediatamente, obedecidos os limites e critérios desta Lei.

Parágrafo único. As Câmaras que se instalarem pela primeira vez, bem como aquelas de Municípios que venham a atingir o limite mínimo de população, poderão, para a mesma Legislatura, estabelecer a remuneração a ser paga aos seus Vereadores, nos termos desta Lei.

Art. 6º A despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar, anualmente, de 3% (três por cento) da arrecadação orçamentária do respectivo Município, realizada no exercício imediatamente anterior.

Parágrafo único. Se a fixação da remuneração nos limites previstos nesta Lei importar despesas superior à estabelecida, será ela reduzida quanto baste para não exceder à percentagem de que trata este artigo.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

MESA

Presidente — Moura Andrade — ARENA - SP
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB - MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Mário — (ARENA - GB)
 3º Secretário — Dinarte Mariz — ARENA - RN
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA - MA)

3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB - AM)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA - PA)
 1º Suplente — Attilio Fontana — (ARENA - SC)
 2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA - RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB - MA)
 4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA - ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA - RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA - CE) Eurico Rezende — (ARENA (ES))

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilaça — (RN)

Vasconcelos Tórfes — (RJ)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)

Adalberto Senna — (ACRE)

Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Feliciano	Attilio Fontana
Ney Braga	Leandro Maciel
João Cleóidas	Benedicto Valladares
Teotônio Villela	Adolpho Franco
Júlio Leite	Sigefredo Pacheco

MDB

Aurélio Vianna

Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Milton Campos	Vasconcelos Tórfes
Antônio Carlos	Daniel Krieger
Aloysio de Carvalho	Benedicto Valladares
Eurico Rezende	Alvaro Maia
Wilson Gonçalves	Lobão da Silveira
Petrônio Portela	José Feliciano
Carlos Lindenber	Menezes Pimentel
Rui Palmeira	Leandro Maciel

MDB

Aarao Steinbruch

Aurélio Vianna

Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abranão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Feliciano	Benedicto Valladares
Lobão da Silveira	Adolpho Franco
Petrônio Portela	Arnon de Melo
Eurico Rezende	José Leite
Attilio Fontana	Mello Braga

MDB

Adalberto Sena

Lino de Mattos

Secretário: Alexandre Mello.
Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenber
 Júlio Leite
 Teotônio Villela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel

SUPLENTES

Jose Leite
 João Cleóidas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretário: Cl. Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15:30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

Menezes Pimentel
 Mem de Sa
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Villela
 Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Lino de Mattos

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

João Cleóidas
 Mem de Sa
 Jose Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilaça
 Clodomir Milet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernande Corrêa

Antônio Carlos
 Jose Guimard
 Daniel Krieger
 Petrônio Portela
 Attilio Fontana
 Júlio Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenber
 Celso Brinos
 Teotônio Villela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgilio

Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

Ney Braga
 Attilio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleóidas

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnon de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 José Ermírio
 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrone Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A

SUPLENTES

TITULARES	A R E N A	SUPLENTES
Petrone Portela		José Guionard
Domicio Gondim		José Leite
Alvaro Maia		Lobão da Silveira
José Cândido		Manoel Villaça
Mello Braga		Censo Ramos
Júlio Leite		Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch		Bezerra Netto
Rui Carneiro		Mário Martins
Arthur Virgílio		Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A

SUPLENTES

TITULARES	A R E N A	SUPLENTES
Domicio Gondim		José Feliciano
José Leite		Mello Braga
Celso Ramos		José Guionard
Paulo Fortes		Vasconcellos Torres
Carlos Lindenberg		Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho		Aarão Steinbruch
José Ernirio		Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SÉCAS

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A

SUPLENTES

TITULARES	A R E N A	SUPLENTES
Rui Palmeira		Menezes Pimentel
Manoel Villaça		José Leite
Clodomir Milet		Domicio Gondim
Júlio Leite		Leandro Maciel
Duarte Filho		Petrone Portela

M D B

Rui Carneiro		Pessoa de Queiroz
Aurélio Viana		Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quintas-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A

SUPLENTES

TITULARES	A R E N A	SUPLENTES
Wilson Gonçalves		José Feliciano
Paulo Fortes		Daniel Krieger
Antônio Carlos		Adolpho Franco
Carlos Lindenberg		Rui Palmeira
Mem de Sá		Petrone Portela
Eurico Rezende		Clodomir Milet

M D B

José Ernirio		Antônio Baibino
Lino de Mattos		Aurélio Viana
Josaphat Marinho		Aarão Steinbruch

Secretário: Antônio Cavalcanti Melo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(15 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A

SUPLENTES

Teotônio Villela	Felinto Müller
Antônio Carlos	Mem de Sá
José Feliciano	José Leite
Lobão da Silveira	José Guionard
	Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares	Alvaro Maia
Mem de Sá	Fernando Corrêa
Antônio Carlos	Wilson Gonçalves
José Cândido	José Guionard
Arlindo de Melo	José Leite
Mem de Sá	Clodomir Milet
Rui Palmeira	Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz	Pedro Ludovico
Aarão Steinbruch	Aurelio Viana
Mário Martins	Argemiro de Figueiredo

Secretário: J. B. Casteljon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaça

A R E N A

TITULARES	A R E N A	SUPLENTES
Sigefredo Pacheco		Júlio Leite
Duarte Filho		Clodomir Milet
Fernando Corrêa		Ney Braga
Manoel Villaça		José Cândido

M D B

Pedro Ludovico	Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Fortes

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A

TITULARES	A R E N A	SUPLENTES
Paulo Fortes		Atílio Fontana
Jose Gutomara		Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco		Manoel Villaça
Ney Braga		Mello Braga
José Cândido		Júlio Leite

M D B

Oscar Passos	Adalberto Sena
Márcio Martins	Pedro Ludovico

Secretário: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Arnon de Melo

A R E N A**TITULARES**

Vasconcelos Torres

Carlos Lindenberg

Arnon de Melo

Paulo Torres

José Guitomard

SUPLENTES

José Feliciano

Antônio Carlos

Manoel Villaca

Menezes Pimentel

Celso Ramos

M D B

Arthur Virgílio

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantche

Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES**E OBRAS PÚBLICAS**

(6 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Lino de Matos

A R E N A**TITULARES**

José Leite

Celso Ramos

Arnon de Melo

Atílio Fontana

SUPLENTES

José Guitomar

Petronio Portela

Domicio Gondim

Carlos Lindenberg

M D B

Arthur Virgílio

Secretaria: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(6 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guitomard

Vice-Presidente: Clodomir Milet

A R E N A**TITULARES**

José Guitomard

Fernando Corrêa

Clodomir Milet

Alvaro Maia

SUPLENTES

Lobão da Silveira

José Feliciano

Filinto Muller

Sigefredo Pacheco

M D B

Oscar Passos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas